

Da coragem política **para anular o “Acordo” Ortográfico**

Texto apresentado e entregue à 8ª Comissão
de
Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

11 de Abril de 2013

Ana Isabel Buescu



A questão da norma linguística, que se foi definindo na Europa para todas as línguas vulgares a partir do século XVI e que sempre foi – e é - imperioso que qualquer língua tenha, está objectiva e sistematicamente a ser destruída no caso da Língua Portuguesa.

Neste Acordo que supostamente devia unificar a ortografia, a existência de centenas de facultatividades veio fazer “explodir” qualquer veleidade de uma norma. E uma Língua não é só ortografia: há derivas ortográficas, lexicais, vocabulares, sintácticas – saudáveis e normais na evolução das línguas – que marcam essa condição de “órgão vivo” que é qualquer Língua. Assim sendo, não é com uma pretensa – e política – imposição de uma artificial norma ortográfica, que obviamente tem de se abrir a facultatividades e deixar de lado tudo o resto que faz uma língua, que se fortalece a Lusofonia.

Num momento civilizacional marcado pela abertura, atenção e respeito pelas diferenças e pela diversidade, a verdadeira Lusofonia, tal como eu e os meus

companheiros de luta a entendemos, deve mostrar-se e afirmar-se na sua riquíssima diversidade, que é cultural, material, mas também linguística.

O tema do Acordo Ortográfico está a ser cada vez mais vivamente debatido na sociedade civil, que manifesta crescentemente a sua discordância. Na verdade, são cada vez mais claros os constrangimentos e mesmo a rejeição declarada por esta imposição, quase orwelliana, de uma “*novi-língua*” onde só os seus fautores e respectivas cliques se revêem. E, no fundo, talvez nem esses. E – é preciso dizê-lo com firmeza – há neste momento em muitos organismos e instituições estatais, escolas, repartições, em que se faz uma surda imposição do AO; onde a “cadeia de comando” obriga, contra a vontade e a convicção de muitos portugueses, o que é um sintoma inquietante para a nossa democracia.

Imposição de um suposto Acordo que nem está juridicamente em vigor, porque não foi ratificado em vários países da Lusofonia, como Angola e Moçambique, que se reclamam, de forma orgulhosa, como afirmou o *Jornal de Angola* em Editorial, de uma herança latina de que agora de se quer mutilar a sua (e nossa) Língua.

Para além disso, também aqueles que, individual ou colectivamente (certas editoras, por exemplo), pensaram que as portas do grande Brasil se abriam aos seus milhões de exemplares, vêem agora que não é assim, nem era expectável que o fosse, dado o forte proteccionismo que do azeite ao vinho, passando pelo cinema e pela Língua, sempre houve em relação, neste caso, ao livro em português europeu. Tivesse havido uma pesquisa séria e clarividente das devastadoras consequências desta precipitada implementação de um coxo “Acordo”, estas questões não se estariam a colocar, como infelizmente sucede hoje.

Esperemos que esta “*ideia peregrina*”, como lhe chamou Eduardo Lourenço, tenha ainda retorno. E esse retorno, neste momento, só pode materializar-se através de uma inequívoca vontade e coragem políticas. Voltar atrás nem sempre é cobardia nem perder a face; pode ser, como o será neste caso, a verificar-se, um acto de verticalidade e de grandeza.

~~~~~

Segue-se uma inventariação, não exaustiva, de algumas das ideias-força que, em articulação com os fundamentos de linguistas e filólogos, professores e escritores, cidadãos e cidadãs utentes da Língua-mãe devem estar na base da justificação da anulação do “Acordo” Ortográfico.

## **O “Acordo” Ortográfico significou, no ínvio processo que a ele levou e nas consequências gravosas que implica:**

1. **Precedência de critérios de natureza política e económica**, nomeadamente interesses dos grandes grupos multinacionais de informática, grados negócios de conversores, correctores e cursos pagos de formadores, sobre os critérios científicos. No momento em que se pronunciaram sobre os critérios científicos de tal “Acordo”, 15 filólogos e linguistas emitiram 15 pareceres muito críticos; apenas um, do Autor do próprio “Acordo”, Malaca Casteleiro, é elogioso. Este facto deveria, há anos, ter sido decisivo para afastar, liminarmente, um projecto cientificamente contestável;

2 **Acto de indevido poder político**, de resquícios coloniais, ao ser um acordo proposto e assinado por 2 países, tal como sucedeu em 1945, à revelia de todos os outros que, usando a Língua Portuguesa, alcançaram a independência política e não foram, enquanto estados soberanos, convidados a pronunciar-se sobre o assunto;

3. **Imposição de natureza política sobre a língua**, totalmente inaceitável, fazendo recordar, de forma irresistível, a “novi-língua” de George Orwell, na construção da sociedade totalitária do 1984;
4. Sem complexos, devemos ter a honestidade de reconhecer que, neste momento, ao verificar-se a imposição do Português do Brasil, que é afinal o que está em cima da mesa, estamos perante um acto de **colonialismo “ao contrário”**;
5. **Falta de consciência histórica**, ao não considerar que as línguas são organismos vivos, com específicas derivas legítimas, e que por isso, quer o Português Europeu quer o Português do Brasil e todos os outros dos PALOPs não podem ser “acorrentados” a um espartilho absurdo, sem efeitos práticos e inaceitável;
6. **Destruição da norma ortográfica**, necessária a qualquer língua, através de um sem número de facultatividades que minam a coerência linguística e anulam o efeito de “unificação” pretensamente perseguido;
7. **Consequente instauração do caos ortográfico**, como está aliás à vista nos meios de comunicação, nas instituições, nas posições pessoais;
8. **Efeitos devastadores e mesmo dramáticos no ensino**, como é sentido quotidianamente nas Escolas e foi assinalado no **Forum Pára ou para. Onde pára e para onde vai a Língua Portuguesa** pela professora Ana Silva, veiculando um mal-estar e uma angústia de centenas de professores de português (FCSH, 20 de Março de 2013); a prática pedagógica junto dos alunos mais jovens mostra que esses efeitos se estendem, inesperadamente, à aprendizagem do inglês e do francês; questão que diz directamente respeito a esta Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
9. **Falência fragorosa de um dos argumentos decisivos** dos defensores de tal “Acordo”, ou seja, o argumento da unificação ortográfica;
10. **Má-fé e falência do argumento de que um AO** “facilitaria a comunicação e o fortalecimento do Português nas instâncias internacionais”. Não há incompreensão, através da língua, portuguesa, entre falantes portugueses, brasileiros e outros países de língua oficial portuguesa. A analogia internacional de

casos semelhantes vale aqui: **nunca um tal acordo foi necessário quer para o inglês, quer para o espanhol, quer para o francês.** Com o português, estas são as quatro línguas que, através da expansão colonial, passaram para outros continentes; nunca, para nenhuma delas, foi necessário qualquer Acordo ortográfico. Em particular no caso de Inglês, a língua de maior circulação a nível internacional, as diferenças ortográficas são encaradas como marcas de identidade e de diversidade – como sempre sucedeu connosco, quando com deleite e sem qualquer sentimento de estranheza, antes de encanto, sempre lemos Machado de Assis, Jorge Amado, Erico Veríssimo, Lins do Rego, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade;

11. **Perda de identidade histórico-linguística**, ao serem levadas a um nível residual, do ponto de vista ortográfico, as ligações ao Latim, ligações que distinguem a generalidade das línguas cultas europeias;

12. **Desaparecimento do português europeu** das instâncias políticas e culturais internacionais;

13. **Desaparecimento do português europeu** dos leitorados e Universidades estrangeiras com ensino de Português;

14. **Desaparecimento do Português Europeu da BBC** (v. respectivo site), onde já só surge, entre as várias línguas, o “Brazilian”. O “Portuguese” desapareceu.

15. **Resistências no Brasil.** Exemplo recente: 21 de Fevereiro de 2013: Antena 1: Andréa del Fuego, a escritora brasileira que ganhou o prémio Saramago em 2011, interpelada directamente sobre a questão do AO na sua chegada a Lisboa, disse ter ficado a princípio “entusiasmada”, mas que agora é contra, em virtude do “encanto” que tem a diversidade do português nos vários cantos do mundo...

18. **Expectativas defraudadas: As editoras:** a Porto Editora queixou-se recentemente das vendas abaixo das expectativas, fazendo já um balanço comercial negativo da respectiva entrada em vigor do, afinal, “desacordo” ortográfico.

19. E poderíamos continuar....

Pelo acima exposto, apelo a **uma nova reflexão sobre um “Acordo” que não o é. E que nesta Casa da Democracia possa ter lugar uma nova votação sobre o “Acordo” Ortográfico**, em novos moldes e de “alma” limpa, atendendo **apenas** aos interesses da Língua Portuguesa. Voltar atrás não é necessariamente um acto de cobardia ou perder a face. É, muitas vezes, mostrar inteligência, verticalidade e grandeza.

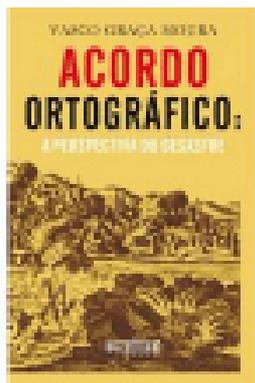
~~~~~

Por esta ocasião, Maria Filomena Molder (Professora Catedrática, FCSH-UNL), Teresa Cadete (Professora Catedrática, FLUL), Ana Isabel Buescu (Professora Associada, FCSH-UNL) e José Pedro Serra (Professor Associado, FLUL) fazem entrega à 8ª Comissão de um **DOSSIER SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO** que evidencia alguns dos aspectos mais gravosos e algumas das posições públicas mais relevantes de intelectuais e de instituições de cultura sobre os erros, omissões e contradições do AO. Nele se inclui um *CD-Rom* com todos os materiais existentes em 2008 sobre o AO90, que foi objecto de entrega a Suas Excelências os Embaixadores dos PALOP, de Timor-Lorosae e da República Federativa do Brasil, em Junho de 2008.

Idêntico **DOSSIER SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO** foi também hoje entregue à Exmª Senhora Drª Maria de Belém Roseira, Deputada do Partido Socialista e Vice-Presidente da Bancada Parlamentar, a seu pedido.

ANEXOS

ANEXO 1



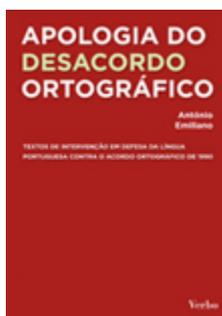
MOURA, VASCO GRAÇA VASCO GRAÇA MOURA © Alêtheia Editores

Aumentar imagem

Acordo Ortográfico: A Perspectiva do Desastre

«A aplicação do Acordo não levará apenas ao caos no ensino nos oito países. Levará a que a língua portuguesa se cubra de ridículo no plano internacional. (...) Mesmo sem se abordar a questão dos interesses políticos, económicos ou geo-estratégicos em jogo, qualquer leigo verifica que o Acordo não traz qualquer solução inteligente. Não traz qualquer utilidade ou mais-valia. Enferma de muitos vícios e, a entrar em vigor, será altamente pernicioso nos mais variados planos.» - Vasco Graça Moura

Nesta obra reúnem-se as intervenções principais e recentes de Vasco Graça Moura críticas ao Acordo Ortográfico de 1990, um contributo na sua «tripla» qualidade de escritor, de cidadão e de político para a discussão em torno desta questão fundamental que será discutida e votada no Parlamento português a 15 de Maio de 2008 para posterior ratificação pelo Presidente da República e que grande polémica vem suscitando. Para ajudar na consulta e na discussão do tema, é reproduzido, no final do livro, o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assim como uma nota explicativa e o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em S. Tomé em 2004.



António Emiliano EMILIANO, ANTONIO © Verbo

A elaboração, aprovação e aplicação do Acordo Ortográfico é um escândalo nacional. Um verdadeiro case study sobre a falta de transparência e democraticidade com que dossiers da Cultura, da Educação e da Ciência são sistematicamente tratados em Portugal.

«Vamos desobedecer! Nunca foi tão fácil ignorar impunemente um acordo feito atrás das nossas costas, enquanto dormíamos, por quem estava sempre a acordar.»

Miguel Esteves Cardoso.



Autor: Francisco Miguel Valada

ANEXO 2

Estação Meteorológica António Guerreiro O Acordo Ortográfico e os seus trolhas



Há poucos dias, um dos auditórios da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa encheu-se de gente, ao ponto de muitos não terem conseguido entrar, para ouvir alguns convidados da universidade e exteriores a ela exporem os seus argumentos contra o Acordo Ortográfico. Porque é que uma questão aparentemente menor em relação aos problemas políticos e sociais consegue mobilizar tanta gente e provocar discursos inflamados? A resposta a esta questão tem múltiplas parcelas. Em primeiro lugar, as pessoas sentem como intolerável que o poder político se ocupe de questões que não lhe dizem respeito e que não podem ser submetidas ao arbítrio de quem detém o monopólio da violência legal. O Governo legisla hoje sobre a norma ortográfica como legisla sobre a nossa saúde, o nosso corpo e a nossa vida. É a isto que se chama biopolítica. Mas as razões de indignação surgem agravadas por um outro factor: o Governo arroga-se o direito não apenas de exercer essa violência legal, mas de o fazer em relação a uma matéria da qual manifestamente não percebe nada. A violência junta-se à ignorância. E, o somar à violência e à ignorância, há ainda uma razão estratégica absurda e anacronista: a de fazer da unificação ortográfica (que, afinal, é uma utopia) e, por agora, já resultou num desastre mais fútil do que aquele que tivemos antes) um instrumento de conquista de poder e de influência da língua portuguesa no mundo. Por último, a contestar todas estas razões, há a desordem ortográfica a que afinal tivemos submetidos (e a quem pretende que está a aplicar o novo Acordo Ortográfico deve ser dito que aquilo que está a fazer é a torná-lo à sua maneira para o tornar executável). Mas a indignação de tanta gente contra o Acordo Ortográfico (na verdade, os seus públicos defensores passaram ao silêncio e já só se defendem a si próprios) e a reivindicação de uma espécie de objecção de consciência, por parte de muitos, para se subtrair a ele, como se de uma guerra se tratasse, mostra bem que aquilo que argumenta do aspecto meramente convencional da ortografia e da sua exterioridade em relação à língua está longe de dizer a verdade. Se nada fosse, as pessoas não reagiriam como quem se ofende e se espanta. Liga-se na ortografia algo muito mais profundo do que um sistema de regras gráficas convencionais. É certo que a linguística, por via de Saussure, está essencialmente voltada para a palavra, a fala. Mas foi precisamente contra o primado da palavra que um filósofo como Heidegger construiu a sua "gramatologia". E de que modo é que a gramatologia aqui nos interessa? Interessa-nos para perceber que há uma arqui-escrita, como se fosse anterior à fala; e que é preciso instalar a escrita no exterior da linguagem e não no exterior dela, como pretendem os constituintes (antíficos) portugueses do Acordo Ortográfico e os seus seguidores. Esta ideia de uma arqui-escrita é bastante complicada, mas por agora poderíamos deduzir dela a seguinte conclusão: a partir do momento em que aprendemos a escrever e passamos a utilizar o código escrito, a palavra é para nós, mais do que uma locução (isto é, uma imagem acústica), um traço gráfico. E esse traço deixa de ser meramente convencional, ganha uma dimensão "arqui-ortográfica", isto é, situa-se numa dimensão originalíssima. Mas os geómetras cegos da língua e os trolhas ao seu serviço não percebem isto.

O Acordo Ortográfico e os seus trolhas

António Guerreiro

Há poucos dias, um dos auditórios da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa encheu-se de gente, ao ponto de muitos não terem conseguido entrar, para ouvir alguns convidados da universidade e exteriores a ela exporem os seus argumentos contra o Acordo Ortográfico. Porque é que uma questão aparentemente menor em relação aos problemas políticos e sociais consegue mobilizar tanta gente e provocar discursos inflamados? A resposta a esta questão tem múltiplas parcelas. Em primeiro lugar, as pessoas sentem como intolerável que o poder político se ocupe de questões que não lhe dizem respeito e que não podem ser submetidas ao arbítrio de quem detém o monopólio da violência legal. O Governo legisla hoje sobre a norma ortográfica como legisla sobre a nossa saúde, o nosso corpo e a nossa vida. É a isto que se chama biopolítica. Mas as razões de indignação surgem agravadas por um outro factor: o Governo arroga-se o direito não apenas de exercer essa violência legal,

mas de o fazer em relação a uma matéria da qual manifestamente não percebe nada. À violência junta-se a ignorância. E, a somar à violência e à ignorância, há ainda uma razão estratégica absurda e anedótica: a de fazer da unificação ortográfica (que, afinal, é uma miragem e, por agora, já resultou num desacordo mais fundo do que aquele que tínhamos antes) um instrumento de conquista de poder e de influência da língua portuguesa no mundo. Por último, a coroar todas estas razões, há a desordem ortográfica a que afinal ficámos submetidos (e a quem pretende que está a aplicar o novo Acordo Ortográfico deve ser dito que aquilo que está a fazer é a inventá-lo à sua maneira para o tornar exequível). Mas a indignação de tanta gente contra o Acordo Ortográfico (na verdade, os seus públicos defensores passaram ao silêncio e já só se defendem a si próprios) e a reivindicação de uma espécie de objecção de consciência, por parte de muitos, para se subtraírem a ele, como se de uma guerra se tratasse, mostra bem que aquele argumento do aspecto meramente convencional da ortografia e da sua exterioridade em relação à língua está longe de dizer a verdade. Se assim fosse, as pessoas não reagiriam como quem as esfolia e as espolia. Joga-se na ortografia algo muito mais profundo do que um sistema de regras gráficas convencionais. É certo que a linguística, por via de Saussure, está essencialmente voltada para a parole, a fala. Mas foi precisamente contra o primado da phonè que um filósofo como Derrida construiu a sua “gramatologia”. E de que modo é que a gramatologia aqui nos interessa? Interessamos para perceber que há uma arqui-escrita, como se fosse anterior à fala; e que é preciso instalar a escrita no coração da linguagem e não no exterior dela, como pretendem os construtores (autênticos patos-bravos) do Acordo Ortográfico e os seus seguidores. Esta ideia de uma arqui-escrita é bastante complicada, mas por agora poderíamos deduzir dela a seguinte conclusão: a partir do momento em que aprendemos a escrever e passamos a utilizar o código escrito, a palavra é para nós, mais do que uma fonação (isto é, uma imagem acústica), um traço gráfico. E esse traço deixa de ser meramente convencional, ganha uma dimensão “arqui-“, archè, isto é, situa-se numa dimensão originária. Só os engenheiros civis da língua e os trolhas ao seu serviço não percebem isto.

ANEXO 3

Nestes termos, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento formulam ao Governo, através do Primeiro-Ministro, as perguntas seguintes:

- a) Por que razão não respondeu o Governo às nossas anteriores perguntas sobre o AO (Perguntas n.º 1858/XII/1ª e n.º 2240/XII/1ª)?
- b) Como avalia o Governo o caos linguístico que se está instalando em Portugal, susceptível de confundir a geração que frequenta as escolas e degenerar mesmo em prejuízo irrecuperável da nossa língua materna?
- c) Já encontrou o Governo alguma vantagem prática, em termos de impulso às exportações de livros para o Brasil, por exemplo, da apressada e insana imposição do AO pelo anterior Executivo?
- d) Sendo crescente o número de pessoas que expressamente se recusam a usar a grafia do AO, porque insiste o Governo em aplicá-la nas publicações oficiais, em vez de determinar a suspensão imediata do dito AO?
- e) Tem o Governo em preparação alguma edição dos clássicos da nossa língua na desaforada grafia do AO e vai mesmo levá-la por diante ou travá-la, com esclarecida prudência?

Lisboa e Sala das Sessões, 23 de Novembro de 2012

Os Deputados do PSD/Açores

João Bosco Mota Amaral

Joaquim Ponte

Lídia Bulcão

ANEXO 4

Da “ignorância” [por Helena Langford, comentário Facebook]

31/03/2013



Sou tradutora/intérprete profissional, trabalho há quase 30 anos neste ramo, primeiro em Portugal, de onde sou natural, e de há 10 anos a esta parte no Reino Unido onde hoje resido. Especializei-me nas línguas inglesa (indiferenciadamente GB, USA, Australiana, NZ, Canadiana, Queniana, Sul Africana, Indiana, Jamaicana... etc...), e, na língua portuguesa, ou seja na fatia dela muito recentemente restrita à designação: “de Portugal” ou “UE” pela comunidade anglófona.

Esta última fatia do Português UE, cada vez está mais difícil de definir... Será a que aprendi na escola, e na qual fiz os meus estudos, inclusivamente os superiores, que me têm valido sempre sem sobressalto até à data presente... aquela com que sempre trabalhei ao longo dos anos sem problemas... a que abrangia o Brasil, Moçambique Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Timor e Macau?... Ou aquela do recente “Acordo” Ortográfico para o qual comprei dicionário especializado, e à qual já não sei quem adere, nem o que é que abrange? Convenhamos que é profundamente triste, ridículo e embaraçoso quando os clientes, ao fim de tantos anos de vida profissional, agora me interpelam: “Mas a Sra trabalha com brasileiro?” “Haaa... então vai-me desculpar mas não serve, vamos procurar outra pessoa... é que nós só queremos brasileiro, não estamos interessados em português...”

Por muito que eu lhes tente explicar que a língua é só uma, embora utilizada com as devidas adaptações culturais e de localização que qualquer língua exige de um bom tradutor, não há maneira de os convencer. E até compreendo... pois na óptica deles quem sou eu afinal, ali a querer contrariar o óbvio tão recentemente confirmado preto no branco à comunidade internacional?? Olham para mim como que a dizer: “A mulher passou-se! Está desactualizada...” Profissionalmente até me prejudico com esta imagem de “ignorância”!

Acontece que no “resto do mundo”, que não Portugal obviamente... onde a vida prosaicamente continua, orientada por pedacitos de burocracia anónima que diariamente semaforeiam as diversas actividades profissionais, indiferentes a deuses literários deliberantes em Olimpos lisboetas distantes da realidade terrena... já se interiorizou que há pelo menos 2 “portugueses”! Duas línguas distintas. E como não se dorme em serviço nesta realidade informática acelerada da comunicação inter-linguística... enquanto os iluminados Drs portugueses matutam nas nuances do nosso querido idioma pretendendo de alguma forma, babando-se nos seus sonhos pós-prandiais arrastados, gravar nele a sua marca pessoal como o proverbial cão a mijar no poste... o London

Institute of Linguists Educational Trust já arregaçou mangas, e, de forma eficiente para não deixar arrefecer o ritmo intenso da actividade que regulamenta... já separou as águas dando seguimento aos recentes ditos das superiores entidades Lusas (incógnitas para a maior parte de nós). Assim sendo, de ora em diante, se um tradutor/interprete por eles formado (e estas formações são imprescindíveis neste país para se poder funcionar no meio... e são diplomas difíceis de obter e qualificações profissionais muito caras) tiver uma qualificação em Português UE, já não pode funcionar em instâncias oficiais como tradutor de Português BR, e vice-versa. Desta feita, a inconversibilidade UE/BR ganhou cabedal e terreno rapidamente, contaminando o restante sector privado pois que agora, pelo sim pelo não, e a não ser que seja de outra forma especificado pelo cliente, os editores dão preferência ao português BR uma vez que é dos dois idiomas o que proporciona um mercado mais vasto para escoamento dos seus produtos, sendo também o de visibilidade económica incontestavelmente superior.

Por todos estes motivos, profissionais como eu, agora malogradamente ferrada a ferro e fogo de “UE”, têm vindo a assistir a uma redução drástica no seu volume de trabalho e à transferência desse volume para profissionais “BR”, como aqui agora se designam.

Resumindo: em nome de uma união utópica à volta de uma língua formatada à força de retalhos e compromissos, e que não serve a ninguém... partimo-la em bocadinhos... criamos desunião onde ela não existia... concorrência desleal e prejudicial onde só existia confluência de interesses à volta de culturas fraternas, onde todos ganhavam com um mercado comum alargado... e como se não bastasse, destruiu-se em tempos de vacas magras um mercado de emprego precioso para os profissionais linguísticos... professores de Português como língua estrangeira... interpretes/tradutores... editores... etc. Tudo por questões nacionalistas retrógradas e resquícios colonialistas que só nos envergonham no plano internacional.

O Espanhol tem inúmeras versões pelo mundo fora, assim como o Francês e até o Árabe, que difere significativamente do Egípcio ao Irão, isto já para não falar no Inglês, com o qual trabalho diariamente nas suas múltiplas versões, algumas das quais acima enunciadas.

Nas contagens das Nações Unidas para o número de falantes de cada língua são englobadas todas as versões de cada uma, num todo abrangente, e assim se avalia a força de cada idioma no contexto mundial e o seu eventual mérito como língua oficial global. Com o Português, no entanto, a machadada foi tão drástica que, precisamente quando estávamos prestes a assistir à elevação da nossa língua a estatuto universal, ela surge incrédula e artificialmente decepada em duas... cada qual com metade da força, comprometendo o todo! E se amanhã Angola e Moçambique se lembrarem de querer também o seu quinhão? Estão no seu direito... afinal está aberto o precedente!!!

Haverá ainda a possibilidade de se inverter esta tendência fragmentatória que tão desgraçadamente se iniciou? Um verdadeiro tiro no próprio pé com consequências desastrosas até para a nossa identidade? É que neste momento já não basta só esquecer a coisa... fazer de conta que não se passou nada e ignorar... É preciso activamente reparar danos no plano internacional, e na imagem que erroneamente fizemos passar além fronteiras.

Pois não vêem os tais iluminados linguísticos e políticos, que de entre as versões agora criadas, o “Português EU” e o “Português BR”, ganha incondicionalmente o segundo, obliterando o primeiro pelo simples volume maciço de comunicação de negócios, e produção mediática e literária traduzíveis que gera?

Helena Langford C. Santos

Carta publicada no site da ILCAO



ANEXO 5

PERGUNTA AO GOVERNO

Destinatário: Primeiro-Ministro

Assunto: Rejeição do famigerado Acordo Ortográfico

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelência:

Está cada vez mais generalizada a rejeição do famigerado Acordo Ortográfico (AO). Nos meios cultos, o dito AO é mesmo objecto de mofa — estendido aos responsáveis políticos, que não tomam a peito questão tão delicada, roçando a própria identidade nacional.

Interesses económicos poderosos pressionaram no sentido da imediata aplicação de um tratado internacional que nem sequer está em vigor, por falta de condições nele expressas para tal, nomeadamente a elaboração e aprovação de um vocabulário ortográfico comum.

De resto, alguns dos subscritores do AO, Angola e Moçambique, concretamente, já declararam considerar o mesmo em pousio, invocando, para vergonha dos nossos responsáveis, o empenho na salvaguarda da genuinidade da língua portuguesa...

A nefasta situação, fruto da incúria socrática, é mantida pelo Governo em funções, que tarda em agir no sentido devido, e nem sequer responde às críticas e apelos constantes das nossas anteriores intervenções sobre a matéria, das quais recebemos eco entusiástico por parte de inúmeros professores de Português e outras gentes de cultura.

Nas palavras de um laureado escritor, Vasco Graça Moura, com artigo publicado no DN de anteontem: "Estão a ser aplicadas não uma (como pretendia o AO, acrescentamos nós) mas três grafias da língua portuguesa — a correcta, em países como Angola e Moçambique, a brasileira (no Brasil) e a pateta (em Portugal e não se sabe em que outras paragens)".

ANEXO 6

MEMBROS DO MOVIMENTO
CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO

(por ordem alfabética)

EDGAR LELLO

DR. EMANUEL MELO DE SOUSA

ARQ. FERNANDO GONÇALVES

FERNANDO GUEDES

DR. FERNANDO MONTEIRO

FRANCISCO LYON DE CASTRO

DR. GERALD SALLES LANE

DR. HELIO URENA PRIETO

CTE. JOÃO BAPTISTA COMPRIDO

PROF. DOUTOR JORGE BORGES DE MACEDO

DR. JORGE MOLDER

DR. JULIO LACERDA DE CASTRO LOPO

PROF. DOUTOR MANUEL VILLAVERDE CABRAL

MARGARIDA DOS ANJOS

MARGARIDA MOSER

DRA. MARIA FILOMENA MOLDER

PROF. DOUTORA MARIA HELENA PRIETO

PROF. DOUTORA MARIA ISABEL REBELO GONÇALVES

PROF. DOUTORA MARIA LEONOR BUESCU

DRA. MARIA LEOPOLDINA TORRES

MARIA DO ROSÁRIO SOUSA MACHADO

MARIA DA SAUDADE CORTESÃO MENDES

DRA. MARIA TERESA GONÇALVES

PROF. DOUTOR MIGUEL ESTEVES CARDOSO

DRA. SALETTE TAVARES

DR. VASCO GRAÇA MOURA

ANEXO 7

Os seguintes documentos, que só possuímos em fotocópia, e que, pela sua importância como argumentação de especialistas em Linguística Portuguesa contra o Acordo Ortográfico integram o *dossier* entregue à 8ª Comissão, terão de ser consultados em papel

1. João Andrade Peres, Professor Catedrático de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, “Breve parecer sobre a entrada em vigor do Acordo ortográfico de 1990”, 2008, 5 p.

2. Rui Beja, Representante da APEL, “Posição da Associação portuguesa de Editores e Livreiros sobre o Acordo Ortográfico no âmbito da Conferência Internacional e Audição Parlamentar na Assembleia da República”, Abril de 2008*

3. João Costa, “Resposta da Associação Portuguesa de Linguística à consulta da Drª Simoneta da Luz Afonso, Presidente do Instituto Camões sobre as consequências da entrada em vigor do Acordo ortográfico de 1990, [2008]*

Teresa Cadete (Professora Catedrática, FLUL)

Maria Filomena Molder (Professora Catedrática, FCSH-UNL)

José Pedro Serra (Professor Associado, FLUL)

Ana Isabel Buescu (Professora Associada, FCSH-UNL)

***Chamamos a atenção para o facto de os documentos 2 e 3 nos terem sido fornecidos, em 2008, pelos próprios serviços da AR, pelo que já existem nos arquivos da Assembleia**

ANEXO 8

Os seguintes documentos, que só possuímos em fotocópia, e que, pela sua importância como argumentação de especialistas em Linguística Portuguesa contra o Acordo Ortográfico integram o *dossier* entregue à 8ª Comissão, terão de ser consultados em papel

1. João Andrade Peres, Professor Catedrático de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, “Breve parecer sobre a entrada em vigor do Acordo ortográfico de 1990”, 2008, 5 p.

2. Rui Beja, Representante da APEL, “Posição da Associação portuguesa de Editores e Livreiros sobre o Acordo Ortográfico no âmbito da Conferência Internacional e Audição Parlamentar na Assembleia da República”, Abril de 2008*

3. João Costa, “Resposta da Associação Portuguesa de Linguística à consulta da Drª Simoneta da Luz Afonso, Presidente do Instituto Camões sobre as consequências da entrada em vigor do Acordo ortográfico de 1990, [2008]*

Teresa Cadete (Professora Catedrática, FLUL)

Maria Filomena Molder (Professora Catedrática, FCSH-UNL)

José Pedro Serra (Professor Associado, FLUL)

Ana Isabel Buescu (Professora Associada, FCSH-UNL)

***Chamamos a atenção para o facto de os documentos 2 e 3 nos terem sido fornecidos, em 2008, pelos próprios serviços da AR, pelo que já existem nos arquivos da Assembleia**

ANEXO 9

Jornal de Angola

Online

Os ministros da CPLP estiveram reunidos em Lisboa, na nova sede da organização, e em cima da mesa esteve de novo a questão do Acordo Ortográfico que Angola e Moçambique ainda não ratificaram. Peritos dos Estados membros vão continuar a discussão do tema na próxima reunião de Luanda. A Língua Portuguesa é património de todos os povos que a falam e neste ponto estamos todos de acordo. É pertença de angolanos, portugueses, macaenses, goeses ou brasileiros. E nenhum país tem mais direitos ou prerrogativas só porque possui mais falantes ou uma indústria editorial mais pujante.

Uma velha tipografia manual em Goa pode ser tão preciosa para a Língua Portuguesa como a mais importante empresa editorial do Brasil, de Portugal ou de Angola. O importante é que todos respeitem as diferenças e que ninguém ouse impor regras só porque o difícil comércio das palavras assim o exige. Há coisas na vida que não podem ser submetidas aos negócios, por mais respeitáveis que sejam, ou às “leis do mercado”. Os afectos não são transaccionáveis. E a língua que veicula esses afectos, muito menos. Provavelmente foi por ter esta consciência que Fernando Pessoa confessou que a sua pátria era a Língua Portuguesa.

Pedro Paixão Franco, José de Fontes Pereira, Silvério Ferreira e outros intelectuais angolenses da última metade do Século XIX também juraram amor eterno à Língua Portuguesa e trataram-na em conformidade com esse sentimento nos seus textos. Os intelectuais que se seguiram, sobretudo os que lançaram o grito “Vamos Descobrir Angola”, deram-lhe uma roupagem belíssima, um ritmo singular, uma dimensão única. Eles promoveram a cultura angolana como ninguém. E o veículo utilizado foi o português. Queremos continuar esse percurso e desejamos que os outros falantes da Língua Portuguesa respeitem as nossas especificidades. Escrevemos à nossa maneira, falamos com o nosso sotaque, desintegramos as regras à medida das nossas vivências, introduzimos no discurso as palavras que bebemos no leite das nossas Línguas Nacionais. Sabemos que somos falantes de uma língua que tem o Latim como matriz. Mas mesmo na origem existiu a via erudita e a via popular. Do “português tabeliônico” aos nossos dias, milhões de seres humanos moldaram a língua em África, na Ásia, nas Américas. Intelectuais de todas as épocas cuidaram dela com o mesmo desvelo que se tratam as preciosidades.

Queremos a Língua Portuguesa que brota da gramática e da sua matriz latina. Os jornalistas da Imprensa conhecem melhor do que ninguém esta realidade: quem fala, não pensa na gramática nem quer saber de regras ou de matrizes. Quem fala quer ser compreendido. Por isso, quando fazemos uma entrevista, por razões éticas mas também técnicas, somos obrigados a fazer a conversão, o câmbio, da linguagem coloquial para a linguagem jornalística escrita. É certo que muitos se esquecem deste aspecto, mas fazem mal. Numa entrevista até é preciso levar aos destinatários particularidades da linguagem gestual do entrevistado.

Ninguém mais do que os jornalistas gostava que a Língua Portuguesa não tivesse acentos ou consoantes mudas. O nosso trabalho ficava muito facilitado se pudéssemos construir a mensagem informativa com base no português falado ou pronunciado. Mas se alguma vez isso acontecer, estamos a destruir essa preciosidade que herdámos inteira e sem mácula. Nestas coisas não pode haver facilidades e muito menos negócios. E

também não podemos demagogicamente descer ao nível dos que não dominam correctamente o português.

Neste aspecto, como em tudo na vida, os que sabem mais têm o dever sagrado de passar a sua sabedoria para os que sabem menos. Nunca descer ao seu nível. Porque é batota! Na verdade nunca estarão a esse nível e vão sempre aproveitar-se social e economicamente por saberem mais. O Prémio Nobel da Literatura, Dário Fo, tem um texto fabuloso sobre este tema e que representou com a sua trupe em fábricas, escolas, ruas e praças. O que ele defende é muito simples: o patrão é patrão porque sabe mais palavras do que o operário!

Os falantes da Língua Portuguesa que sabem menos, têm de ser ajudados a saber mais. E quando souberem o suficiente vão escrever correctamente em português. Falar é outra coisa. O português falado em Angola tem características específicas e varia de província para província. Tem uma beleza única e uma riqueza inestimável para os angolanos mas também para todos os falantes. Tal como o português que é falado no Alentejo, em Salvador da Baía ou em Inhambane tem características únicas. Todos devemos preservar essas diferenças e dá-las a conhecer no espaço da CPLP. A escrita é “contaminada” pela linguagem coloquial, mas as regras gramaticais, não. Se o étimo latino impõe uma grafia, não é aceitável que através de um qualquer acordo ela seja simplesmente ignorada. Nada o justifica. Se queremos que o português seja uma língua de trabalho na ONU, devemos, antes do mais, respeitar a sua matriz e não pô-la a reboque do difícil comércio das palavras.

“Jornal de Angola”, editorial, 08.02.12

ANEXO 10

*“Uma ideia peregrina”**

*Eduardo Lourenço, subscritor da Petição/Manifesto em defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico, em 2008

ANEXO 11

«Dermatologia e resistência silenciosa»

[F.M.V., "Público"]

29/02/2012



«Depois, a escrita não reproduz fielmente a fala, como sugere a metáfora tantas vezes repetida de que “ela é a roupagem da língua oral”. Ela tem as suas leis próprias e tem um caminho próprio.»

Joaquim Mattoso Camara Jr., *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 2009 [1970], p. 20.

«Como seria a nossa vida se tivéssemos de raciocinar letra a letra para descodificar as palavras?»

Nuno Crato, *O “Eduquês” em Discurso Directo*, Lisboa, Gradiva, 2011 [2006], p. 103.

1. Todos os dias, ao final da tarde, ocorre um fenómeno a oeste, ao qual, sem sombra de estupefacção, continuamos a atribuir o nome de pôr do Sol. O nome dado ao fenómeno, consequência da nossa percepção em contemplação pura do horizonte, não é corroborado pela actual acepção do movimento dos corpos celestes. Desde que Galileu, em resistência murmurada, mas não silenciosa, terá pronunciado “eppur si muove”, conceptualmente, o pôr do Sol lá foi deixando de existir. Alguns séculos mais tarde, mais propriamente em Junho do ano passado, saiu do prelo o manual “Saber Usar a Nova Ortografia”, de Edite Estrela, Maria José Leitão e Maria Almira Soares, cujos segmentos de recapitulação histórica (pp. 18-27) e de carácter substantivo (pp. 29-226) me merecem comentários, mas, por evidentes limitações de espaço para apreciação justa e recta, não serão hoje objecto de análise.

Interessa-me, por ora, rebater exclusivamente a vertente conceptual do livro de Estrela, Leitão & Soares, traçada no lapidário “a ortografia não é mais do que a aparência da língua, a sua pele” (p. 14), uma reiteração de ideia já enunciada pela primeira Autora, na

página 18 do livro “A Questão Ortográfica”, de 1993, encontrando-se agora a frase despojada do remate original “e por isso de importância secundária”.

Qualquer redução do conceito ortografia ao papel de atriz secundária é inexacta e desprovida de sentido em sociedades em que a escrita influencia e domina aspectos essenciais do quotidiano. Desde o final dos anos 70 do século passado, têm-se realizado estudos que consideram aspectos que não são devidamente considerados pelas Autoras: a influência da ortografia no conhecimento da língua e o primeiro contacto com determinadas palavras estabelecido através da escrita e não da oralidade. Sem entrar em pormenores (a bibliografia é extensa, pormenorizada e posso facultá-la), pensemos na diferença em termos de relação com a língua entre quem sabe ler e escrever e quem não sabe e na discriminação associada a esta dicotomia.

Na página 14 da obra em apreço, as Autoras sugerem que “as alterações do novo acordo ortográfico” vão no sentido de “reduzir ao mínimo o desacordo entre a palavra e a linguagem escrita” (in Maria Leonor Carvalhão Buescu, “Gramáticos Portugueses do Século XVI”, 1978, p. 29). Contudo, ao contrário do postulado das Autoras, o Acordo Ortográfico de 1990 (AO90) não reduz, antes amplia, “o desacordo entre a palavra e a linguagem escrita”. A base IX suprime acentos desambiguadores e a base IV elimina consoantes com valor de acento. Em português europeu, além de outros aspectos, também o grau de correspondência existente entre os planos escrito e oral é gravemente afectado pelo AO90.

Quanto ao “a ortografia não é mais do que a aparência da língua, a sua pele”, a metáfora de Estrela (1993) e de Estrela, Leitão & Soares (2011) falha o objectivo pretendido (alegar que a ortografia é aparência da língua, tal como a pele é aparência do corpo), pois o elemento pele não é aparência, é essência. A pele, além de contracenar com o fígado na saga “qual é o maior órgão do corpo humano?”, é protectora do organismo contra agressões externas e reguladora da temperatura do corpo, impede a desidratação e desempenha um papel crucial no recurso a um dos dois sentidos afectados pelo AO90: o tacto português.

A propósito, se para este desfecho me tivesse alicerçado na plataforma adoptada pelo Governo português, o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), a “base de legitimação científica” (p. 11) das Autoras, ter-me-ia deparado com mais uma das disparidades entre português europeu e português do Brasil criadas pelo AO90. Contudo, o que se passa é bem mais grave. Diz-nos o VOP do ILTEC que “tacto” e “olfacto” apenas se escrevem com *cê* no Brasil. Isto é francamente estranho. “Olfacto” e “tacto” não surgem no Dicionário Houaiss (edição de 2009) e no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001), organizado por Malaca Casteleiro, coautor do AO90, aparece a pronúncia do *cê* no “olfacto” do português europeu. As Autoras podem repetir até à exaustão que “a aproximação [?] ortográfica não interfere com (...) a ortoépia” (p. 13), mas, a partir de “olfato” [sic] AO90, quem tira legitimidade à pronúncia daquele *cê*? Um vocabulário ortográfico.

2. Ao ler o editorial d’A Bola de 31/12/2011, recordei-me de Marx in Soho, peça de Howard Zinn, em que Karl Marx regressa do Além, para nos explicar aquilo que pensa. Sem intermediários. A páginas tantas, Marx vagueia pelas ocorrências posteriores à captura de Napoleão III. As tropas de Bismarck invadem Paris e a recepção que obtêm é

mais devastadora do que violência e ira da população. As estátuas estão envoltas em panos negros e há uma imensa, invisível e silenciosa resistência. Perante este cenário, as tropas partem, temendo essa resistência. Silenciosa.

Provavelmente, o director d'A Bola assistiu à peça e pensou que, através da silenciosa resistência nela reflectida, obteria os mesmos resultados. No editorial de 31/12/2011, lê-se o seguinte: “A partir da sua próxima edição (2 de Janeiro), primeira do ano de 2012, A Bola adere ao acordo ortográfico. Para trás fica um tempo de silenciosa resistência a um acordo do qual profundamente discordamos.” Foi efectivamente silenciosa. Nem chegou aos calcanhares duma consoante não pronunciada. Não fixou nada, não teve qualquer importância e ninguém deu por ela. Foi profunda. Só nos apercebemos que existia no dia da capitulação.

Como se sabe, a silenciosa resistência de Vítor Serpa produziu frutos: o AO90 instalou-se na redacção d'A Bola e estendeu-se num pachorrento sofá, charutando triunfalmente. Num país europeu em que todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente aquilo que pensam pela palavra, o director dum jornal com tiragem de 120 mil exemplares preferiu respeitar votos de silêncio e quebrá-los apenas no momento da rendição. Eis um exemplo a não seguir.

3. Como diz Michael Cahill (noutro contexto), não são factores linguísticos que determinam a aceitação duma ortografia, mas “aquilo que as pessoas querem”. A direcção do PÚBLICO não quer o AO90, eu não quero o AO90, aparentemente, poucos o querem. Em vez de silenciosas resistências e fugas para a frente, subscreva-se a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (<http://ilcao.cedilha.net>).

Reproduzido a partir do site da ILCAO



ANEXO 12

Escrever-se não inicia maiúsculas em meio de períodos ou orações gramaticais, nos seguintes casos (...) f) Nomes dos meses

Diário do Governo n.º 213, 12 de Setembro de 1911, p. 3850

1. Em 1903, no prefácio de *Portugais – phonétique et phonologie – morphologie – textes*, advertia Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, acerca dos escritos que encerram a obra: “Les lecteurs seront surpris de rencontrer dans les textes des contradictions et des irrégularités orthographiques. J’ai gardé l’orthographe de chaque écrivain, à fin de mettre sous leurs yeux l’état anarchique où elle se trouve”.

Surpreendido ficaria decerto Gonçalves Viana se pudesse apreciar as actuais contradições e o actual estado anárquico da ortografia portuguesa, passados mais de cento e nove anos sobre aquelas linhas e quase cento e um anos sobre a entrada em vigor da “sua” reforma.

Mais surpreendido ficaria se lhe contassem que a causa do regresso às contradições e irregularidades fora uma reforma disfarçada de acordo. Soubera ainda Gonçalves Viana que o próprio Estado promotor desse acordo era dos primeiros a dar exemplos claros da anarquia ortográfica (ou “mixórdia acordes”, como prudentemente lhe chamou António Emiliano, no PÚBLICO de 19/4/2012) e ficaria decerto com o semblante carregado de estupefacção.

Ao abirmos a página da Internet do Governo português, duas setas ajudam-nos a folhear cinco imagens, correspondendo a maioria destas a uma fotografia do primeiro-ministro, só ou acompanhado, com uma citação alusiva à actualidade. Por debaixo deste pequeno álbum, surge uma rubrica intitulada “em destaque”, imediatamente seguida pelo repositório que despertará o nosso interesse, composto por duas ligações: uma à esquerda, a outra à direita. A da esquerda é uma recomendação: “mantenha-se atualizado [sic]“. Resolvamo-la de uma penada, ignorando serenamente o seu conteúdo, tão serenamente como o Estado ignorou o recheio dos pareceres de Ivo Castro, Inês Duarte e Maria Helena Mira Mateus, e concentremo-nos na ligação da direita: documentos oficiais”.

Quando um documento obtém chancela oficial, sabemos que não se trata nem de gatafunhos rabiscados num rascunho, nem de documento de sessão, nem de roteiro de um trabalho em curso. Sendo oficial, representa a peremptória palavra do Poder. Sendo oficial, é solene e sério. Dos documentos oficiais disponíveis na ligação mencionada, debrucemo-nos apenas na Resolução da CPLP sobre a Situação na Guiné-Bissau (doravante, Resolução), assinada em Lisboa, em 14/4/2012. O estatuto oficial deste documento, remate de um mosaico composto por textos desastrosos do ponto de vista ortográfico (recordo que, em Portugal, quem define a ortografia é o Estado), demonstra que os conceitos heterografia, mixórdia ortográfica e estado de anarquia ortográfica infectaram a grafia oficial. Em teoria, previra-se esta situação com o texto do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90). Na prática, o relatório do Orçamento do Estado para 2012 demonstrara-a. Entretanto, o Diário da República e o Governo, cada um com o seu padrão específico, têm vindo a vulgarizá-la.

A Resolução é a nova referência da crónica inaplicabilidade do AO90 e a prova da imperiosa necessidade, no mínimo, da sua suspensão até chegar o “diagnóstico relativo aos constrangimentos e estrangulamentos na aplicação”, assumido como necessário pela

própria CPLP na Declaração de Luanda de 30/3/2012. A CPLP não é uma entidade abstracta. Uma das assinaturas que constam desse documento é a de Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência da República Portuguesa.

A relevante observação de Nuno Pacheco, no PÚBLICO de 22/4/2012 (“Abril escreve-se hoje abril, com caixa baixa, já repararam?”), chegou tarde de mais. As três ocorrências de “Abril” na Resolução são mais uma prova do carácter supérfluo da base XIX, 1.º, b) para a tal “unidade essencial da língua”, pois ninguém na CPLP se apoquentou com a maiúscula inicial. A base XIX, 1.º, b) é efectivamente desnecessária.

Quanto mais o Estado adia a suspensão e o “ajustamento”, mais se prolonga este triste espectáculo da descredibilização da língua portuguesa, da desregrada coexistência de duas grafias no mesmo texto “sector” e “setor”, como acontece na Resolução) e do paradoxo de o Estado português exigir que “serviços, organismos e entidades” se convertam a uma norma que ele próprio não domina, apesar de a ter criado.

2. Vindo “Abril” a talhe de foice, e agradecendo publicamente o mote Fernando Venâncio e a Ivo Miguel Barroso, recordo uma conjectura de Edite Estrela, Maria José Leitão e Maria Almira Soares (em manual que mencionei no PÚBLICO de 29/2/2012): “qualquer estudo diacrónico pode concluir que não há uma tradição ortográfica na língua portuguesa”. Este postulado merece a minha categórica objecção: existe uma tradição doutrinária e, no que aos nomes dos meses com maiúsculas iniciais diz respeito, a tradição é perceptível e está enraizada nas mais venturosas empresas de sistematização da ortografia portuguesa (Madureira Feijó), no estabelecimento de directrizes para uma norma ortográfica (Bluteau), na fundação da lexicografia moderna do português (Morais Silva) e nos preceitos ortográficos de 1911 e 1945.

Esta tradição é interrompida, de forma abrupta, injustificada e oficial, pelo AO90. Apesar de autores do século XIX e do início do século XX usarem minúsculas iniciais nos nomes dos meses, de a publicação de dicionários no século XIX ter sido transferida para Paris e de em França (onde Abril é avril) se encontrarem então os “mais operosos dicionaristas portugueses, em condições de alargado contacto com a lexicografia estrangeira e de inevitáveis influências sobretudo francesas”, como recorda Telmo Verdelho, em Dicionários portugueses, breve história (texto disponível no sítio do Corpus Lexicográfico do Português – U. Aveiro e U. Lisboa), na hora da verdade, não se adoptaram as minúsculas iniciais nos nomes dos meses.

Tanto assim é que, apesar de no opúsculo Ortografia Nacional (1904) Gonçalves Viana recorrer às minúsculas iniciais nos nomes dos meses e o Diário do Governo adoptar essa grafia, a Comissão de 1911 viria a consolidar a tradição, sendo clara no princípio que surge em epígrafe. Não basta dizer-se que a tradição não existe, é preciso provar a sua inexistência. Em português europeu, Abril não é abril.

Em português europeu, Abril é Abril. Sempre.

[Francisco Miguel Valada](#)



Reproduzido a partir do site da ILCAO

ANEXO 13

«Nem gregos nem troianos: assim-assim»

[Helena Buescu, PÚBLICO, 08.01.2013]

Debate Acordo Ortográfico Helena Buescu

Há dias, a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, adiou a obrigatoriedade de implementação do “Acordo” Ortográfico para 2016. Fê-lo com base numa petição que reuniu 20.000 assinaturas. Em Portugal, uma igual petição reuniu mais de 130.000, e não teve qualquer eco. 130.000 assinaturas num país cuja população é incomparavelmente menor do que no Brasil.

Devemos aproveitar para reflectir seriamente sobre o “A”O e os seus efeitos em Portugal. O exemplo vem-nos, aliás, do próprio Brasil. Nesse país, os argumentos aduzidos apontam para críticas de ordem científica ao “A”O. E junta-se a essas críticas o argumento da necessidade de uma “maior simplificação” da ortografia da língua portuguesa. Além de que por exemplo o linguista Evanildo Bechara assegura que o “A”O precisa de ser revisto. Revisto – e nem ainda entrou em vigor! Isto diz bem da consistência científica de um dos maiores atentados feitos à língua portuguesa.

Naturalmente, este adiamento sublinha a bondade das críticas feitas ao “Acordo”, mostrando que nem em Portugal nem no Brasil (nem nos outros países lusófonos, que mostraram grandes reticências, sendo que Angola ainda não o ratificou) ele conseguiu um consenso mínimo em termos científicos.

A grande questão, agora, é saber se realmente há base científica para que algum dia ele venha a existir. Com este ponto suplementar: a partir do momento em que várias declarações, no Brasil, apontam para a necessidade de uma maior “simplificação” da língua portuguesa, o que se impõe perguntar em Portugal é: queremos nós, em Portugal, “simplificar” (seja o que for que isto queira dizer!) a língua? Ou

privilegiamos (legitimamente também) a história da língua portuguesa na Europa, guardando por exemplo alguns traços etimológicos da sua origem e evolução ao longo dos séculos?

Simplificando a pergunta: haverá base, em termos de uma política científica do Português, para um acordo que não



Queremos nós, em Portugal, “simplificar” (seja o que for que isto queira dizer!) a língua? Ou privilegiamos (legitimamente também) a história da língua portuguesa na Europa?



parece agradar nem a gregos nem a troianos? A resposta talvez seja: “Assim-assim.” Em Portugal, é sob esta fórmula que se costuma esconder a falta de coragem e a aceitação tristonha do império da realidade, quando mais vale não pensar.

Em 2016, eis um cenário muito possível: Angola manterá a ortografia existente anterior ao “Acordo”. Portugal seguirá, se não conseguir inverter o *statu quo*, o pobre “acordês”. E o Brasil terá entretanto revisto e certamente “melhorado” o “Acordo”, escrevendo numa terceira ortografia. Resumindo: cada qual escreverá de sua maneira, e ter-se-á esfrangalhado a ortografia comum que, até agora, era seguida por todos os países lusófonos, com excepção do Brasil. Ou seja: será um verdadeiro “acordo português”, em que ninguém sabe acordar.

Professora catedrática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Há dias, a Presidente do

Brasil, Dilma Rousseff, [adiou a obrigatoriedade de implementação do “Acordo” Ortográfico para 2016](#). Fê-lo com base numa petição que reuniu 20.000 assinaturas. Em Portugal, uma igual petição reuniu mais de 130.000, e não teve qualquer eco. 130.000 assinaturas num país cuja população é incomparavelmente menor do que no Brasil. Devemos aproveitar para reflectir seriamente sobre o “A”O e os seus efeitos em Portugal. O exemplo vem-nos, aliás, do próprio Brasil. Nesse país, os argumentos aduzidos apontam para críticas de ordem científica ao “A”O. E junta-se a essas críticas o argumento da necessidade de uma “maior simplificação” da ortografia da língua portuguesa. Além de que por exemplo o linguista Evanildo Bechara assegura que o “A”O precisa de ser revisto. Revisto – e nem ainda entrou em vigor! Isto diz bem da consistência científica de um dos maiores atentados feitos à língua portuguesa.

Naturalmente, este adiamento sublinha a bondade das críticas feitas ao “Acordo”, mostrando que nem em Portugal nem no Brasil (nem nos outros países lusófonos, que mostraram grandes reticências, sendo que Angola ainda não o ratificou) ele conseguiu um consenso mínimo em termos científicos.

A grande questão, agora, é saber se realmente há base científica para que algum dia ele venha a existir. Com este ponto suplementar: a partir do momento em que várias declarações, no Brasil, apontam para a necessidade de uma maior “simplificação” da língua portuguesa, o que se impõe perguntar em Portugal é: queremos nós, *em Portugal*, “simplificar” (seja o que for que isto queira dizer!) a língua? Ou privilegiamos (legitimamente também) a história da língua portuguesa na Europa, guardando por exemplo alguns traços etimológicos da sua origem e evolução ao longo dos séculos?

Simplificando a pergunta: haverá base, em termos de uma política científica do Português, para um acordo que não parece agradar nem a gregos nem a troianos? A resposta talvez seja: “Assim-assim.” Em Portugal, é sob esta fórmula que se costuma esconder a falta de coragem e a aceitação tristonha do império da realidade, quando mais vale não pensar.

Em 2016, eis um cenário muito possível: Angola manterá a ortografia existente anterior ao “Acordo”. Portugal seguirá, se não conseguir inverter o *statu quo*, o pobre “acordês”. E o Brasil terá entretanto revisto e certamente “melhorado” o “Acordo”, escrevendo numa terceira ortografia. Resumindo: cada qual escreverá de sua maneira, e ter-se-á esfrangalhado a ortografia comum que, até agora, era seguida por todos os países lusófonos, com excepção do Brasil. Ou seja: será um verdadeiro “acordo português”, em que ninguém sabe acordar.

Helena Buescu

Professora catedrática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Reproduzido a partir do site da ILCAO



ANEXO 14

Argumento irrefutável para “desaplicar” o AO

Debate Acordo Ortográfico Ivo Miguel Barroso

1 A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 8/2011, de 25-1, mandou aplicar o AO à Administração Pública e a todas as publicações no *Diário da República* (DR), a partir de 1-1-2012, bem como ao sistema educativo, a partir de Setembro de 2011. Ou seja, a RCM antecipou o fim do prazo de transição (17-9-2016) em 4 anos e 9 meses (!) para a Administração e DR, e em 5 anos para o ensino.

É curioso verificar que a “fonte de obrigatoriedade” no nosso país de “aplicação” do AO seja um “regulamento administrativo” independente, flagrantemente inconstitucional a título orgânico (invade a reserva de lei da AR – art. 165/1, b), da Constituição (CRP)) e formal (não é um decreto regulamentar – art. 112/6).

A RCM é aplicável às publicações no DR. Ora, a RCM nunca deverá ser aplicada a actos de órgãos de pessoas colectivas que exercem outras funções jurídicas do Estado diversas da f. administrativa, sob pena de incorrer o grave vício de usurpação de poderes. A RCM não deveria ter sido aplicada nem à AR (exerce a função (f.) legislativa e a política), nem ao PR (f. política), nem aos tribunais (f. jurisdicional); nem a privados (com excepção das escolas particulares).

2. A maioria das normas do AO e das Resoluções que o implementam são inconstitucionais.

As pessoas que se queiram informar poderão ver as minutas (funcionários públicos, professores, pais e encarregados de educação, autores, particulares), no grupo “Em acção contra o AO”, a que convido todos os anti-acordistas a aderir.

3. Em todo o caso, porque explicar as razões de inconstitucionalidade a não juristas pode levantar dúvidas aos superiores hierárquicos, etc., há uma forma, muito simples e eficaz de uma pessoa se eximir a uma “ordem de aplicação” do AO.

Lendo a petição, disponível no grupo “Em acção contra o AO” do Facebook,

HUGO DELGADO



fica comprovado cientificamente que o AO é violado: 1) pelo conversor “Lince” (oficial, criado pela RCM); 2) pelos restantes instrumentos: *Vocabulário Ortográfico do Português* (VOP); pelos correctores privados, v. g., da Porto Editora, etc.; e ainda o VOLP brasileiro de 2009 (foi intentada uma acção popular no Brasil, por violar o AO).

Este argumento, de o AO ser violado por todos os instrumentos de alegada “aplicação”, é irrefutável, demonstrando as contradições de quem é “acordista”, mas, ao tentar sê-lo, viola o próprio AO.

Logo, ninguém pode utilizar os instrumentos aludidos, sob pena de ilegalidade *sui generis*, por violação



O AO é violado por todos os instrumentos que, alegadamente, o “aplicam”



do tratado internacional do AO.

Basta alegar isto, para que qualquer pessoa se possa eximir à “aplicação” do AO: não se pode “aplicar” o AO violando-se o próprio AO...

Com tanto mais razão, se uma pessoa for favorável ao AO (“acordista”), então é que não pode mesmo utilizar o “Lince” nem os correctores; pois estaria a atrair o AO.

4. A utilização do “Lince” viola regras elementares de citação das obras, adulterando a sua ortografia original. Viola também o direito ao nome (por ex., o apelido “BaPtista” é mudado para “Batista”).

O VOP também viola o AO (v. audição de Vasco Teixeira, da Porto Editora, no Grupo de Trabalho de Acompanhamento do AO, na 8.ª Comissão da AR).

5. Note-se que o AO difere do que designo por “acordês”; ou seja, dos instrumentos que, alegadamente, o “aplicam”, mas que, na verdade, o violam. A “criatura” rebela-se contra o criador.

O exposto deve-se às debilidades científicas na base do AO (o “critério da pronúncia”; a propalada aproximação da linguagem escrita à linguagem oral, obsoleta desde os anos 60), que geram discrepâncias, na prática, entre as várias formas de grafar um lema; e também devido às facultatividades, que o “Lince”, por ex., não reconhece como válidas.

6. Em conclusão, exercer o direito-dever (por parte de entidades públicas) de não aplicar normas inconstitucionais, bem como o direito de resistência (por parte dos particulares – art. 21.º da CRP) podem ser muito facilmente exercidos.

Docente universitário

ANEXO 15

«O Acordo Obscurantista» [Maria Alzira Seixo, PÚBLICO, 10.01.2013]

10/01/2013 às 11:49 [HC 7 comentários](#)

Debate Língua Portuguesa
Maria Alzira Seixo

Quem diria?! Depois dos míseros tempos salazaristas, em que tudo nos faltava menos o saber escrever, e fruindo o regime democrático, que é suposto respeitar o saber e o esclarecimento, afundamo-nos na penúria social, e até das Letras somos despojados. Não é só da Cultura que sofremos privação, é da sua base, dos caracteres que a constituem, meras formas arbitrárias que ganham, com o tempo (a História), peso e organicidade, tornando-se fundamento da manifestação humana.

De facto, o golpe antidemocrático que constitui a rejeição, pela Assembleia da República, da petição que solicitou em Maio de 2008 a anulação, ou revisão, do Acordo Ortográfico, então assinada por mais de trinta mil cidadãos no espaço de 50 dias (e ultrapassa já os cem mil), encaminha a geração actual para o obscurantismo na leitura, na produção da escrita e na apreensão dos sinais diacríticos que permitem à criança ir elaborando o seu sistema de conhecimento, em que letras e conceitos, conectados em rede de relações, lhe vão estabelecendo a visão do mundo feita do saber comum e da sensibilidade que a cada uma é própria. E nesse saber, travejado pela Língua Materna (que algumas reformas pontuais usam ir acertando na sua gradual corrosão pelo utente, mas nunca em alteração forçada decidida do exterior, por instâncias de determinação política), que são desdichados pelo Acordo Ortográfico ataques ignaros e aleatórios, com medidas que fazem das alterações ortográficas autênticos ataques a aspectos estruturais da Língua, e a que ela indica de experiência humana adquirida. Como quem maltrata a pele do corpo, supondo que nela se não clarificam os órgãos, e afinal lhe imprime lesões de irreparável marca para o próprio funcionamento orgânico. Esta metáfora biológica não é de bom tom em certas dozas mas, na verdade, também da sua cumplicidade neste processo aqui se trata.

Falo de golpe antidemocrático porque a democracia não se limita à expressão livre de uma votação que, em liberdade, venha a sancionar uma coisa qualquer. A democracia exige uma responsabilidade de *factu* (daí que, em certas matérias, se não compadeça com a disciplina partidária) e, acima de tudo, exige competência. E, porque se não pode exigir a todos os deputados que sejam competentes em todas as matérias, é para isso que existem pareceres de especialistas, recursos de cidadãos, as Comissões da Assembleia da República. Ora a petição de 2008 fazia-se acompanhar de nove pareceres de especialistas, e a Comissão de Ética da AR pronunciou-se inequivocamente a favor dos peticionários. Voltou então à votação, e... que fizeram os deputados? Votaram pelo que lhes dizia a manifestação do Saber e da Competência? Não. Fizeram deles tábua rasa, rejeitando a petição de modo discricionário e, portanto, antidemocrático e obscurantista. E foi um triste espectáculo ver, como eu vi, os deputados com decência moral a saírem da sala



“Defensor do Acordo, o linguista Evanildo Bechara é agora a personalidade que motiva a decisão da Presidente do Brasil. E, se isto acontece, não há mais razão para Portugal continuar vergado ao torcilhão que já está sofrendo a sua Língua Pátria, com uma utilização abusiva nas escolas, em publicações, nos documentos do Estado”



antes da votação, para não terem de votar contra a sua própria ciência, e observar os partidos políticos perfurarem-se, em maioria, contra a expressão do conhecimento. Um negro momento da nossa democracia!

Agora, os responsáveis políticos brasileiros dão exemplo de sensatez e morigeração, adiando a aplicação dessa absurda disposição legal para a estudar como deve ser, ou então abolí-la de vez. Pois até os países ricos têm despesas mais úteis a fazer do que com alterações de livros e demais material edito, quanto mais nós, já falidos. Certos responsáveis pela promoção ter-se-ão apercebido do logro em que caíram, movidos por interesses no imediato rendoso, ou por almeçados sucessos políticos já na altura em dívida, a iludirem alguns. Defensor do Acordo, o linguista Evanildo Bechara (que o defendia, pasme-se!, dizendo-o etvado de incorrecções, que nunca poderia servir de base a uma disposição legal de modificação ortográfica = conforme salientava no Parecer apresentado, em 2008, à nossa AR = em contradição de termos que surpreende qualquer leigo, e deba entrever os jogos de interesses no acto implicados), é agora a personalidade que motiva a decisão da Presidente do Brasil. E, se isto acontece, não há mais razão para Portugal continuar vergado ao torcilhão que já está sofrendo a sua Língua Pátria, com uma utilização abusiva nas escolas, em publicações, nos documentos do Estado.

Porque a pior das falências é a que não tem recuperação? A que condena as crianças à aprendizagem de uma macacada ortográfica que vai de par com obras literárias e outras ainda escritas como deve ser, e se submete à vacilação docente dos educadores, que não estão aptos a ensinar a nova ortografa (porque não podem estar, tão “impossível” de aplicar ela é!), e se sujeitam às emendas desencontradas dos correctores ortográficos (uma espécie de fraudulentos ‘correctores’ de bolsas disfarçados), diferentes uns dos outros, num atropelo ganancioso e aflitivo de caos, e que personificam a máquina, na pior das visões que de Orwell poderíamos herdar, a dominar-nos estupidamente a mente e a criação literária.

É tempo, é ainda tempo! Se saber escrever foi, até hoje, caminho para pensar melhor, com o Acordo Ortográfico põe-se-ia em prática a máxima ideal para Governos opressores ante os cidadãos que governam: quanto mais analfabetos, melhor... Ora isto não se compadece com um passado de Abril, e se alguém sai beneficiado não é, pela certa, o cidadão, nem a cultura, nem a política = pelo menos a de espírito dinástico. Saídas-se, pois, o baço de consciência de Evanildo Bechara, e a hora feliz em que Dilma Rousseff atalhou: “Alto! e pára o baile” = em vez de “para o baile”, como quer o Acordo, que tira o acento a “pára” assimilando-o a “para”, confundindo movimento com inacção, numa simbólica emblemática dos seus confusos objectivos. Contra esta confusão do entendimento, corrigamos de vez a monstruosidade que nos sai tão cara: em dinheiro que não temos, e no saber que é nosso, e alguns se interessam em destruir.

Professora catedrática de Literaturas Românicas

Quem diria?! Depois dos míseros tempos salazaristas, em que tudo nos faltava menos o saber escrever, e fruindo o regime democrático, que é suposto respeitar o saber e o esclarecimento, afundamo-nos na penúria social, e até das Letras somos despojados. Não é só da Cultura que sofremos privação, é da sua base, dos caracteres que a constituem, meras formas arbitrárias que ganham, com o tempo (a História), peso e organicidade, tornando-se fundamento da manifestação humana.

De facto, o golpe antidemocrático que constituiu a rejeição, pela Assembleia da República, da petição que solicitou em Maio de 2008 a anulação, ou revisão, do Acordo Ortográfico, então assinada por mais de trinta mil cidadãos no espaço de 50 dias (e ultrapassa já os cem mil), encaminha a geração actual para o obscurantismo na leitura, na produção da escrita e na apreensão dos sinais diacríticos que permitem à criança ir elaborando o seu sistema de conhecimento, em que letras e conceitos, conectados em rede de relações, lhe vão estabelecendo a visão do mundo feita do saber comum e da

sensibilidade que a cada uma é própria. É nesse saber, travejado pela Língua Materna (que algumas reformas pontuais usam ir acertando na sua gradual corrosão pelo utente, mas nunca em alteração forçada decidida do exterior, por instâncias de determinação política), que são desfechados pelo Acordo Ortográfico ataques ignaros e aleatórios, com medidas que fazem das alterações ortográficas autênticos ataques a aspectos estruturais da Língua, e ao que ela indicia de experiência humana adquirida. Como quem maltrata a pele do corpo, supondo que nela se não danificam os órgãos, e afinal lhe imprime lesões de irreparável marca para o próprio funcionamento orgânico. Esta metáfora biológica não é de bom tom em certas *doxas* mas, na verdade, também da sua cumplicidade neste processo aqui se trata.

Falo de golpe antidemocrático porque a democracia não se limita à expressão livre de uma votação que, em liberdade, venha a sancionar uma coisa qualquer. A democracia exige uma responsabilidade *de factu* (daí que, em certas matérias, se não compadeça com a disciplina partidária) e, acima de tudo, exige competência. E, porque se não pode exigir a todos os deputados que sejam competentes em todas as matérias, é para isso que existem pareceres de especialistas, recursos de cidadãos, as Comissões da Assembleia da República. Ora a petição de 2008 fazia-se acompanhar de nove pareceres de especialistas, e a Comissão de Ética da AR pronunciou-se inequivocamente a favor dos peticionários. Voltou então à votação, e... que fizeram os deputados? Votaram pelo que lhes dizia a manifestação do Saber e da Competência? Não. Fizeram deles tábua rasa, rejeitando a petição de modo discricionário e, portanto, antidemocrático e obscurantista. E foi um triste espectáculo ver, como eu vi, os deputados com decência moral a saírem da sala antes da votação, para não terem de votar contra a sua própria ciência, e observar os partidos políticos perfilarem-se, em maioria, contra a expressão do conhecimento. Um negro momento da nossa democracia!

Agora, os responsáveis políticos brasileiros dão exemplo de sensatez e morigeração, adiando a aplicação dessa absurda disposição legal para a estudar como deve ser, ou então aboli-la de vez. Pois até os países ricos têm despesas mais úteis a fazer do que com alterações de livros e demais material édito, quanto mais nós, já falidos. Certos responsáveis pela promulgação ter-se-ão apercebido do logro em que caíram, movidos por interesses no imediato rendosos, ou por almejados sucessos políticos já na altura em dúvida, a iludirem alguns. Defensor do Acordo, o linguista Evanildo Bechara (que o defendia, pame-se!, dizendo-o eivado de incorrecções, que nunca poderia servir de base a uma disposição legal de modificação ortográfica – conforme salientava no Parecer apresentado, em 2008, à nossa AR – em contradição de termos que surpreende qualquer leigo, e deixa entrever os jogos de interesses no acto implicados), é agora a personalidade que motiva a decisão da Presidente do Brasil. E, se isto acontece, não há mais razão para Portugal continuar vergado ao torcilhão que já está sofrendo a sua Língua Pátria, com uma utilização abusiva nas escolas, em publicações, nos documentos do Estado.

Porque a pior das falências é a que não tem recuperação! A que condena as crianças à aprendizagem de uma macacada ortográfica que vai de par com obras literárias e outras ainda escritas como deve ser, e se submete à vacilação docente dos educadores, que não estão aptos a ensinar a nova ortografia (porque não podem estar, tão “impossível” de aplicar ela é!), e se sujeitam às emendas desencontradas dos correctores ortográficos (uma espécie de fraudulentos “correctores” de bolsas disfarçados), diferentes uns dos outros, num atropelo ganancioso e aflitivo de caos, e que personificam a máquina, na

pior das visões que de Orwell poderíamos herdar, a dominar-nos estupidamente a mente e a criação literária.

É tempo, é ainda tempo! Se saber escrever foi, até hoje, caminho para pensar melhor, com o Acordo Ortográfico pôr-se-ia em prática a máxima ideal para Governos opressores ante os cidadãos que governam: quanto mais analfabetos, melhor... Ora isto não se compadece com um passado de Abril, e se alguém sai beneficiado não é, pela certa, o cidadão, nem a cultura, nem a política – pelo menos a de espinha direita! Saúde-se, pois, o baque de consciência de Evanildo Bechara, e a hora feliz em que Dilma Rousseff atalhou: “Alto! e pára o baile” – em vez de “para o baile”, como quer o Acordo, que tira o acento a “pára” assimilando-o a “para”, confundindo movimento com inacção, numa simbólica emblemática dos seus confusos objectivos. Contra esta confusão do entendimento, corriamos de vez a monstruosidade que nos sai tão cara: em dinheiro que não temos, e no saber que é nosso, e alguns se interessam em destruir.

Maria Alzira Seixo

Professora catedrática de Literaturas Românicas

Reproduzido a partir do site da ILCAO



ANEXO 16

Requerimento a Ministros irá obrigar à abertura pública do dossier internacional sobre o "acordo ortográfico"

A autora da Carta Aberta sobre o acordo ortográfico (AO) que tanto barulho suscitou na Internet, aquém e além-mar, quanto silêncio obteve de Nuno Crato, optou agora por outra abordagem. Crato e Portas estão obrigados a responder ao Requerimento agora enviado, e a apresentar documentos, sob pena de intimação judicial para o mesmo efeito caso o não façam dentro do prazo legal. O recuo do Brasil está no "epicentro" desta iniciativa.

A 31/03/2012, o Ministro Nuno Crato assinou, em conjunto com os seus homólogos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Declaração Final que ficou conhecida por "Declaração de Luanda", na qual é admitida a existência de "constrangimentos e estrangulamentos na aplicação do Acordo Ortográfico de 1990" (sic). Mas outras comunicações entretanto emanadas do Ministério da Educação de Portugal contradizem a preocupação que foi então declarada por todos com ênfase tal que o mesmo documento delibera seja feito um diagnóstico com vista à "apresentação de uma proposta de ajustamento do AO" (sic).

No passado dia 06/01/2013, o Professor Rui Miguel Duarte, classicista, apoiado por duas centenas de co-subscritores, endereçou a Nuno Crato uma Carta Aberta onde incluiu um estudo seu que demonstra objectivamente como o "conversor Lince" e o "Vocabulário Ortográfico do Português" (VOP), instrumentos oficialmente designados para a aplicação do AO, contradizem inúmeras disposições deste e são ainda, quer discrepantes entre si, quer divergentes com os dicionários e os "corretores" privados, na aplicação da dita "nova ortografia".

Madalena Homem Cardoso, co-signatária desta Carta Aberta mais recente, é a mãe que redigiu há mais de nove meses uma outra Carta Aberta a este respeito, amplamente divulgada pela imprensa e na blogosfera, a qual suscitou uma onda de contestação ao AO nas redes sociais que deu origem a largas centenas de mensagens ao Ministro da Educação, de pais, professores e outros cidadãos indignados, secundando as suas posições. Fê-lo na data dos 50 anos após a eclosão da Crise Académica de 1962, aquando de uma carga da PIDE sobre os estudantes, razão pela qual o Dia do Estudante se comemora em Portugal a 24 de Março. E fê-lo por entender que a violência-de-Estado, actualmente, não é física, mas é moral.

Tantos meses volvidos sem que tivesse obtido qualquer resposta, esta mãe resolveu enveredar por outro tipo de interpelação e escolheu outra data simbólica, o Dia Internacional da Alfabetização decretado pela UNESCO – 08/01/2013 – pois a sua preocupação continua a centrar-se no prejuízo causado pelo AO ao ensino dos mais novos. Enviou um Requerimento formal conjunto aos Ministros da Educação e dos Negócios Estrangeiros, o qual, pela legislação invocada, obriga ambos os Ministros, não só a darem resposta, mas também a apresentarem documentação, sob pena de serem intimados a essas diligências por despacho judicial urgente, caso incumpram o prazo fixado na Lei.

Madalena Homem Cardoso afirma ter sempre suspeitado que as questões relativas ao AO na "Declaração de Luanda" tivessem resultado da intervenção do Brasil nessa cimeira. Em finais de Dezembro último, o Decreto da Presidente Dilma Rousseff que adiou para 2016 a aplicação obrigatória do AO no Brasil veio dar consistência a essas suspeitas. No seu Requerimento, esta mãe solicita a apresentação pública de todos os estudos e pareceres, de proveniência nacional e estrangeira, respeitantes ao AO e à sua aplicação, desde que a Resolução do Conselho de Ministros nº 8/2011 o impôs – ou pretendeu impor – à Administração Pública, em particular às escolas. Na prática, este Requerimento deverá levar à abertura pública de todo o dossier internacional sobre o AO. ■

ANEXO 17

«A tentadora luz da letra viajante» [Nuno Pacheco, revista "2", 17.03.13]

17/03/2013

NUNO PACHECO
EMPÚBLICO



A TENTADORA LUZ DA LETRA VIAJANTE

Quando lhe perguntavam se era a favor ou contra o Acordo Ortográfico (AO), ele, para ser franco, respondia sempre que lhe parecia um desperdício, um embuste, uma fraude, que a ortografia já evoluíra de diferentes formas e que o importante era entendê-las a todas e pronto. Em geral ficava-se por aí. Até que um dia, como sucede aos incrédulos perante as bem-sucedidas tentações de uma qualquer religião, indicaram-lhe um endereço e ele viu a luz. Sim, deixou-se literalmente encandear pela súbita revelação da novidade. Estava ali, aos seus olhos, tudo o que não vira quando se juntara aos protestos anti-AO, quando andara em colóquios, distribuía panfletos, abaixo-assinados, cartas de protesto e indignação. Afinal era aquilo. Podiam-lhe ter dito que ele talvez ponderasse, reflectisse e agisse em conformidade. Chegou-se ao computador e digitou <http://lusofonia.com.sapo.pt/>. Viu muitas caras de escritores e achou natural: a língua escrita, património comum, etc. Mas do lado direito viu um botão intitulado “Colóquios da Lusofonia”. Seguiu por ali, como lhe tinha sugerido uma alma bem-pensante. E, no meio de imagens aos pulinhos, siglas, um arco-íris escondido por detrás de uma árvore, eis que se lhe desvendou um mundo novo aberto à língua portuguesa: o da recreação. Lá estava (e lá está, ainda, para quem queira consultar) a lista das viagens, as condições hoteleiras, a ementa, as reservas de quartos, tudo. E, claro, o programa do mais recente colóquio, o sarau musical, tudo como deve ser.

Parecia, e parece, uma coisa feita por principiantes no manejo de computadores, mas deve desculpar-se tal insignificância diante do alcance da coisa. Que, aliás, está contada a preceito num documento intitulado “Historial dos Colóquios da Lusofonia”. É só clicar noutro botãozinho, do lado esquerdo do ecrã (AICL historial), e surge um PDF de 13 páginas assaz elucidativo. Escrito na primeira pessoa, embora sem assinatura, explica ao recém-chegado que não “uma associação cultural e científica (assim mesmo, sem acento, mas não se pode exigir tudo) sem fins lucrativos”, “um exemplo da sociedade civil atuante em torno de um projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais”. Ora o “exemplo” faz colóquios. Que “juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, comunicações, passeios e, no último dia, despedem-se como se de amigos/as se tratasse”.

Não está bem escrito, longe disso, mas não se pode exigir que quem pugna pela unidade da língua se preocupe ao mesmo tempo em escrevê-la bem. É uma sobrecarga terrível, nem calculam. Mas adiante. A nona linha já o autor está a citar Martin Luther King para explicar que em dez anos já fizeram 18 colóquios. Não se percebe a analogia com o sonho de King e menos ainda que a citação seja errada: “I had a dream” em lugar do muito conhecido e difundido “I have a dream...”. É só um pormenor, que para o efeito (o das viagens e alojamento) não importa absolutamente nada. O que importa, na verdade, é que aos 18 colóquios já realizados o grupo quer juntar muitos mais e, “depois do Brasil, Macau e Galiza quer voltar ao Brasil, ir aos EUA e Canadá, Cabo Verde, Romênia e outros países”. E que países?, quis ele saber, lendo aridamente o documento. “Romênia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França.” Tudo pela divulgação da “acorianidade literária”, pretexto mais inedito (hoje mesmo o grupo está de visita aos Açores, já agora) e, claro, pela “unificação da ortografia” consagrada no AO. O que se percebe, porque os turistas, perdão, os padroeiros da bendita causa, são precisamente os “pais” do AO, Malca Castelleiro e Evarildo Bechara, com uma pequena mas robusta corte de acompanhantes.

Ah, pensou ele, lendo o documento, como é alegre a “expansão da língua”. Que rotas, que paisagens, que oportunidades de conhecer novos mundos! É tudo a sair do bolso dos inscrites, claro, não venham já calhniar... Mas com “apoios protocolados para cada evento” e tentando, “ao nível logístico”, “beneficiar do apoio de autarquias com visão para apoiar a realização destes eventos”.

E foi assim que ele, vendo finalmente a luz da letra viajante, resolveu aderir ao grupo dos escursionistas da língua. Parece que até em Bora Bora há gente interessada no AO, sabem?

“Parece que até em Bora Bora há gente interessada no AO, sabem?”

40 | Domingo 17 Março 2013 | 2

Quando lhe perguntavam se era a favor ou contra o Acordo Ortográfico (AO), ele, para ser franco, respondia sempre que lhe parecia um desperdício, um embuste, uma fraude, que a ortografia já evoluíra de diferentes formas e que o importante era entendê-las a todas e pronto. Em geral ficava-se por aí. Até que um dia, como sucede aos incrédulos perante as bem-sucedidas tentações de uma qualquer religião, indicaram-lhe um endereço e ele viu a luz. Sim, deixou-se literalmente encandear pela súbita revelação da novidade. Estava ali, aos seus olhos, tudo o que não vira quando se juntara aos protestos anti-AO, quando andara em colóquios, distribuía panfletos, abaixo-assinados, cartas de protesto e indignação. Afinal era aquilo. Podiam-lhe ter dito que ele talvez ponderasse, reflectisse e agisse em conformidade. Chegou-se ao computador e digitou <http://lusofonia.com.sapo.pt/>. Viu muitas caras de escritores e achou natural: a língua escrita, património comum, etc. Mas do lado direito viu um botão intitulado “Colóquios da Lusofonia”. Seguiu por ali, como lhe tinha sugerido uma alma bem-pensante. E, no meio de imagens aos pulinhos, siglas, um arco-íris escondido por detrás de uma árvore, eis que se lhe desvendou um mundo novo aberto à língua portuguesa: o da recreação. Lá estava (e lá está, ainda, para quem queira consultar) a lista das viagens, as condições hoteleiras, a ementa, as reservas de quartos, tudo. E, claro, o programa do mais recente colóquio, o sarau musical, tudo como deve ser.

Parecia, e parece, uma coisa feita por principiantes no manejo de computadores, mas deve desculpar-se tal insignificância diante do alcance da coisa. Que, aliás, está contada a preceito num documento intitulado “Historial dos Colóquios da Lusofonia”. É só clicar noutro botãozinho, do lado esquerdo do ecrã (AICL historial), e surge um PDF de

13 páginas assaz elucidativo. Escrito na primeira pessoa, embora sem assinatura, explica ao recém-chegado que são “uma associação cultural e científica [assim mesmo, sem acento, mas não se pode exigir tudo] sem fins lucrativos”, “um exemplo da sociedade civil atuante em torno de um projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais”. Ora o “exemplo” faz colóquios. Que “juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, comunicações, passeios e, no último dia, despedem-se como se de amigos/as se tratasse”.

Não está bem escrito, longe disso, mas não se pode exigir que quem pugna pela unidade da língua se preocupe ao mesmo tempo em escrevê-la bem. É uma sobrecarga terrível, nem calculam. Mas adiante. À nona linha já o autor está a citar Martin Luther King para explicar que em dez anos já fizeram 18 colóquios. Não se percebe a analogia com o sonho de King e menos ainda que a citação seja errada: “I had a dream” em lugar do muito conhecido e difundido “I have a dream...”. É só um pormenor, que para o efeito (o das viagens e alojamento) não importa absolutamente nada. O que importa, na verdade, é que aos 18 colóquios já realizados o grupo quer juntar muitos mais e, “depois do Brasil, Macau e Galiza quer voltar ao Brasil, ir aos EUA e Canadá, Cabo Verde, Roménia e outros países”. E que países?, quis ele saber, lendo avidamente o documento. “Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França.” Tudo pela divulgação da “açorianidade literária”, pretexto mais imediato (hoje mesmo o grupo está de visita aos Açores, já agora) e, claro, pela “unificação da ortografia” consagrada no AO. O que se percebe, porque os turistas, perdão, os padroeiros da bendita causa, são precisamente os “pais” do AO, Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara, com uma pequena mas robusta corte de acompanhantes.

Ah, pensou ele, relendo o documento, como é alegre a “expansão da língua”! Que rotas, que paisagens, que oportunidades de conhecer novos mundos! E tudo a sair do bolso dos inscritos, claro, não venham já caluniar... Mas com “apoios protocolados para cada evento” e tentando, “ao nível logístico”, “beneficiar do apoio de autarquias com visão para apoiar a realização destes eventos”.

E foi assim que ele, vendo finalmente a luz da letra viajante, resolveu aderir ao grupo dos excursionistas da língua. Parece que até em Bora Bora há gente interessada no AO, sabiam?

Nuno Pacheco

[Transcrição integral de artigo da autoria de **Nuno Pacheco** publicado na revista "2" (suplemento do jornal "Público") de 17 de Março de 2013, página 40.]

Raproduzido a partir do site da ILCAO



ANEXO 18



A Diretora-Geral do Património Cultural
e o Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga
convidam V. Exa. para a inauguração da exposição

ILUSIONISMOS

Os Tetos Pintados do Palácio Alvor

que terá lugar no Museu Nacional de Arte Antiga,
«Sala do Tecto Pintado», dia 8 de março, às 18h00

ENTRADA PRINCIPAL: LARGO 9 DE ABRIL



ESCHERWICHA



FUNDAÇÃO
SAMOEN ASSOCI

DYRUP

DIREÇÃO

PLANTAS



ANEXO 19



American and British Spelling Variations

The Internet is a worldwide medium, and to our pleasure, surfers from around the globe access our pages daily. Often, they find the same word is spelled differently throughout this site. The same word can even be spelled differently on the same page! Some users become upset about our spelling. They ask us why we spell the words on our pages the way we do.

Our answer is this. When preparing entries for our pages, we use the spelling of words that each individual contributor uses. That's because people spell the same word differently in different parts of the world. We do hope you find this a reasonable explanation. We do not intend to offend anyone's sensibilities over this point.

When this page was originally published, it contained about 200 words. Most of the words were about work and organizations. Over time, our spelling word list has been expanded to include words from many sources. People refer to our word list to help themselves with spelling difficulties of all kinds, not just labour related word problems.

Below, we present a list of spelling variations that appear in the English language. There are nearly 1,200 pairs in this listing. Looking at the pairs of words will you give an idea of the same word spellings in use. Other sites present web pages that contain a list of rules, variants, exceptions and the like to help writers to remember how to spell a particular word. Other pages provide guidelines about how to spell in an American style and how to spell in a British style. This list is simply a column of word pairs and we've found it easier just to look up the spelling variations.

AMERICAN	BRITISH
abridgment	abridgement
accessorize	accessorise
acclimatize	acclimatise
accouter	accoutre
accouterment	accoutrement
acknowledgment	acknowledgement
actualization	actualisation
actualize	actualise
advertize	advertise
adz	adze
Africanize	Africanise
afterward	afterwards
aggrandize	aggrandise
aggrandizement	aggrandisement
aging	ageing
agonize	agonise
airplane	aeroplane
alkalize	alkalinise
alkalize	alkalise
allegorize	allegorise
almshouse	almhouse
alphabetization	alphabetisation
alphabetize	alphabetise

aluminize	aluminise
aluminum	aluminium
ambiance	ambience
ameba	amoeba
Americanization	Americanisation
Americanize	Americanise
amortization	amortisation
amortize	amortise
amphitheater	amphitheatre
analog	analogue
analogize	analogise
analyze	analyse
analyzed	analysed
analyzer	analyser
analyzing	analysing
anemia	anaemia
anemic	anaemic
anesthesia	anaesthesia
anesthetic	anaesthetic
anesthetizing	anaesthetising
Anglicize	Anglicise
annex	annexe
annualize	annualise
anodizing	anodising
antagonize	antagonise
anthologize	anthologise
antiaircraft	anti-aircraft
aphorize	aphorise
apologize	apologise
apothegm	apophthegm
appall	appal
appareled	apparelled
appetizer	appetiser
arbor	arbour
archeology	archaeology
archiepiscopal	archiepiscopal
ardor	ardour
armor	armour
armored	armoured
armorer	armourer
armoring	armouring
armory	armoury
aromatize	aromatise
artifact	artefact
atchoo	atishoo
atomize	atomise
atomizer	atomiser
atomizing	atomising
attitudinize	attitudinise
authorization	authorisation
authorize	authorise
ax	axe
B.S.	B.Sc.
backward	backwards
baptize	baptise
barbecue	barbeque
bark	barque
barreled	barrelled
barreling	barrelling
bastardization	bastardisation
bastardize	bastardise
battle-ax	battleaxe
bedeviled	bedevilled
bedeviling	bedevilling

beeper	bleeper
beet	beetroot
behavior	behaviour
behavioral	behavioural
behaviorism	behaviourism
behaviorist	behaviourist
behoove	behove
bejeweled	bejewelled
belabor	belabour
Benedictine	Benedectine
beside	besides
bestialize	bestialise
beveled	bevelled
beveling	bevelling
bisulfate	bisulphate
blamable	blameable
bobsled	bobsleigh
bookkeeper	book-keeper
boro	borough
breathalyzer	breathaliser
brutalize	brutalise
bureaucratization	bureaucratisation
bureaucratize	bureaucratise
bureaus	bureaux
burglarize	burglarise
bylaw	bye law
caesarean	caesarian
caldron	cauldron
caliber	calibre
caliper	calliper
calipers	callipers
calisthenics	callisthenics
canceled	cancelled
canceling	cancelling
candor	candour
cannibalization	cannibalisation
cannibalize	cannibalise
canonization	canonisation
canonize	canonise
capitalization	capitalisation
capitalize	capitalise
caramelize	caramelise
caravansaries	caravanserais
caravansary	caravanserai
carbonization	carbonisation
carbonize	carbonise
carburetor	carburetter
carburetor	carburettor
carburizing	carburising
carcass	carcas
catalog	catalogue
catalyze	catalyse
categorization	categorisation
categorize	categorise
cauterization	cauterisation
cauterize	cauterise
cauterizing	cauterising
caviled	cavilled
center	centre
centerboard	centreboard
centerfold	centrefold
centering	centring
centerpiece	centrepiece
centiliter	centilitre

centimeter	centimetre
centralization	centralisation
centralize	centralise
cesarean	cesarian
cesium	caesium
chamomile	camomile
channeled	channelled
channeling	channelling
characterization	characteriszation
characterize	characterise
check	cheque
checkbook	chequebook
checker	chequer
checkered	chequered
checkers	chequers
chili	chilli
chilies	chillies
chiseled	chiselled
Christianize	Christianise
Christianized	Christianised
cigaret	cigarette
circularize	circularise
citrus	citrous
civilization	civilisation
civilize	civilise
clamor	clamour
clangor	clangour
clarinetist	clarinettist
cognizance	cognisance
cognizant	cognisant
collectible	collectable
collectivize	collectivise
colonization	colonisation
colonize	colonise
colonnaded	collonaded
color	colour
colored	coloured
colorful	colourful
coloring	colouring
colter	coulter
commercialization	commercialisation
commercialize	commercialise
commission	commision
communize	communise
compartmentalization	compartmentalisation
compartmentalize	compartmentalise
complete	compleat
computerization	computerisation
computerize	computerise
conceptualization	conceptualisation
conceptualize	conceptualise
conjuror	conjurer
conventionalization	conventionalisation
conventionalize	conventionalise
cortexes	cortices
councilor	councillor
counselled	counseled
counselling	counseling
counselor	counsellor
cozier	cosier
cozies	cosies
coziest	cosiest
cozily	cosily
cozy	cosy

criticize	criticise
cross-linking	crosslinking
crueler	crueller
cruelest	cruellest
crystallization	crystallisation
crystallize	crystallise
crystallizing	crystallising
cudgeled	cudgelled
cudgeling	cudgelling
curb	kerb
curbside	kerbside
curbstone	kerbstone
cyclization	cyclisation
cyclopedia	cyclopaedia
daydream	day-dream
decameter	decametre
decarburizing	decarburising
decentralization	decentralise
decentralize	decentralise
deciliter	decilitre
decimeter	decimetre
decolorize	decolourise
decolorizing	decolourising
decriminalization	decriminalisation
decriminalize	decriminalise
defense	defence
defenseless	defenceless
deflexion	deflection
dehumanization	dehumanisation
dehumanize	dehumanise
demagnetization	demagnetisation
demagnetize	demagnetise
dematerialize	dematerialise
demeanor	demeanour
demilitarization	demilitarisation
demilitarized	demilitarised
demineralization	demineralisation
demobilization	demobilisation
demobilize	demobilise
democratization	democratisation
democratize	democratise
demonize	demonise
demoralization	demoralisation
demoralize	demoralise
demythologization	demythologisation
demythologize	demythologise
denationalization	denationalisation
denationalize	denationalise
deodorize	deodorise
deodorizing	deodorising
deoxidization	deoxidisation
deoxidize	deoxidise
departmentalization	departmentalisation
departmentalize	departmentalise
depersonalization	depersonalisation
depersonalize	depersonalise
depolarization	depolarisation
depolarize	depolarise
depolarizing	depolarising
depolymerizing	depolymerising
depressurization	depressurisation
depressurize	depressurise
deputize	deputise
desalinization	desalinisation

desalinize	desalinise
desensitization	desensitisation
desensitize	desensitise
desensitizer	desensitiser
desexualize	desexualise
destabilization	destabilisation
destabilize	destabilise
desulfurizing	desulfurising
devitalize	devitalise
dexterous	dextrous
dialed	dialled
dialer	dialler
dialing	dialling
dialling	dialing
dialog	dialogue
dialogize	dialogise
dialyze	dialyse
diarrhea	diarrhoea
digitalization	digitalisation
digitise	digitalise
digitization	digitisation
dike	dyke
discolor	discolour
discolored	discoloured
disemboweled	disembowelled
disfavor	disfavour
disheveled	dishevelled
dishonor	dishonour
dishonorable	dishonourable
disk	disc
disorganization	disorganisation
disorganize	disorganise
dispatch	despatch
disulfide	disulphide
dolor	dolour
donut	doughnut
doodad	doodah
draft	draught
dramatization	dramatisation
dramatize	dramatise
drypoint	dry-point
Dukhobor	Doukhobor
economize	economise
economizer	economiser
edema	oedema
edematous	oedematous
editorialize	editorialise
effeminize	effeminise
electrolyze	electrolyse
elegize	elegise
empathize	empathise
emphasize	emphasise
employe	employee
enameled	enamelled
enameling	enamelling
enamor	enamour
enclosure	inclosure
encyclopedia	encyclopaedia
encyclopedic	encyclopaedic
endeavor	endeavour
energize	energise
enology	oenology
enroll	enrol
enrollment	enrolment

enrolls	enrols
ensorcell	ensorcel
ensure	insure
enthrall	enthral
enthralls	enthrals
eon	aeon
epicenter	epicentre
epitomize	epitomise
equaled	equalled
equaling	equalling
equalization	equalisation
equalize	equalise
equalizing	equalising
esophageal	oesophagal
esophageal	oesophageal
esophagi	oesophagi
esophagoscope	oesophagoscope
esophagus	oesophagus
estrogen	oestrogen
estrous	oestrous
estrous	oestrus
estrus	oestrous
eternalize	eternalise
etiology	aetiology
etymologize	etymologise
eulogize	eulogise
evangelization	evangelisation
evangelize	evangelise
eviler	eviller
evilest	evillest
extemporization	extemporisation
extemporize	extemporise
externalization	externalisation
externalization	externalise
fairy tale	fairy-tale
familiarization	familiarisation
familiarize	familiarise
fanaticize	fanaticise
fantasize	fantasise
favor	favour
favorable	favourable
favorite	favourite
favoritism	favouritism
fecal	faecal
federalization	federalisation
federalize	federalise
feminization	feminisation
feminize	feminise
fertilization	fertilisation
fertilize	fertilise
fertilizer	fertiliser
fertilizing	fertilising
fertilizer	fertiliser
fervor	fervour
fetus	foetus
fiascoes	fiascos
fiber	fibre
fiberboard	fibreboard
fiberglass	fibreglass
fibers	fibres
fictionalize	fictionalise
filter	philtre
finalization	finalisation
finalize	finalise

flavor	flavour
flavoring	flavouring
flavorless	flavourless
fledgling	fledgeling
flextime	flexitime
flower girl	flower-girl
flower po	flower-pot
fluidization	fluidisation
fluidize	fluidise
fluidized	fluidised
fluidizing	fluidising
focalization	focalisation
focalize	focalise
font	fount
formalization	formalisation
formalize	formalise
formularization	formularisation
formularize	formularise
forward	forwards
fossilization	fossilisation
fossilize	fossilise
fractionalization	fractionalisation
fractionalize	fractionalise
fraternization	fraternisation
fraternize	fraternise
fresh water	freshwater
fulfill	fulfil
fulfillment	fulfilment
funneled	funnelled
funneling	funnelling
furor	furore
gage	gauge
galoshes	goloshes
galvanization	galvanisation
galvanize	galvanise
galvanizing	galvanising
gambled	gambolled
gamboling	gambolling
garrote	garrotte
gaveled	gavelled
gaveling	gavelling
gelatin	gelatine
gelatinize	gelatinise
gemology	gemmology
generalization	generalisation
generalize	generalise
ghettoize	ghettoise
glamorization	glamourisation
glamorize	glamourise
globalization	globalisation
globalize	globalise
glycerin	glycerine
goiter	goitre
gonorrhoea	gonorrhoea
gormandize	gormandise
gourmandize	gourmandise
gram	gramme
graphitizing	graphitising
graveled	gravelled
gray	grey
greenhouse	glasshouse
groins	groynes
grovelled	groveled
grovelling	groveling

grueling	gruelling
gynecology	gynaecology
gyrfalcon	gerfalcon
harbor	harbour
harmonize	harmonise
hauler	haulier
hematein	haematein
hemoglobin	haemoglobin
hemophilia	haemophilia
hemorrhage	haemorrhage
hemorrhage	haemorrhage
hemorrhoid	haemorrhoid
heyday	heyday
homeopath	homoeopath
homeostasis	homoeostasis
homogenizing	homogenising
honor	honour
honorable	honourable
humor	humour
hunting lodge	hunting-lodge
iconoclastic	iconoclastic
idealization	idealisation
idealize	idealise
idolization	idolisation
idolize	idolise
immobilization	immobilisation
immobilize	immobilise
immobilized	immobilised
immortalize	immortalise
immunization	immunisation
immunize	immunise
immunizing	immunising
impanel	empanel
incase	encase
incognizant	incognisant
individualization	individualisation
individualize	individualise
industrialization	industrialisation
industrialize	industrialise
inflection	inflexion
initialed	initialled
initialing	initialling
initialization	initialisation
initialize	initialise
inquire	enquire
inquiry	enquiry
institutionalization	institutionalisation
institutionalize	institutionalise
intellectualize	intellectualise
internalization	internalisation
internalize	internalise
internationalization	internationalisation
internationalize	internationalise
iodize	iodise
ionization	ionisation
ionize	ionise
ionized	ionised
isomerizing	isomerising
italicization	italicisation
italicize	italicise
itemization	itemisation
itemize	itemise
jail	gaol
jail	goal

jeweler	jeweller
jewelry	jewellery
jewlry	jewellery
judgment	judgement
judgmental	judgemental
katathermometer	catathermometer
kenneled	kennelled
key	quay
kidnaped	kidnapped
kilometer	kilometre
kindergartner	kindergartener
kit bag	kitbag
knuckle-duster	knuckleduster
labeled	labelled
labeling	labelling
labor	labour
laborer	labourer
laborers	labourers
laborite	labourite
lackluster	lacklustre
land mine	landmine
lasagna	lasagne
laundrette	laundrette
leaned	leant
leaped	leapt
legalization	legalisation
legalize	legalise
legitimization	legitimation
legitimize	legitimise
lemongrass	lemon grass
leukemia	leukaemia
leveled	levelled
leveling	levelling
liberalization	liberalisation
liberalize	liberalise
license	licence
lionize	lionise
lissome	lissom
liter	litre
livability	liveability
livable	liveable
lobotomize	lobotomise
localization	localisation
localize	localise
localizing	localising
lodgment	lodgement
lower	lour
lowered	loured
lowering	louring
lowers	lours
lumber jacket	lumberjacket
luster	lustre
lustering	lustring
lusterless	lustreless
M.S.	M.Sc.
macadamize	macadamise
macadamized	macadamised
maestro	maestri
magnetization	magnetisation
magnetize	magnetise
magnetizing	magnetising
magneto therapy	magnetotherapy
malleableizing	malleabilising
malodor	malodour

malodorous	malodourous
maneuver	manoeuvre
maneuverability	manoevrability
maneuverable	manoevrable
maneuvering	manoeuvring
market place	market-place
marshaled	marshalled
marshaling	marshalling
marveled	marvelled
marveling	marvelling
marvelous	marvellous
machetes	machets
materialization	materialisation
materialize	materialise
mausoleum	mauseoleum
maximization	maximisation
maximize	maximise
meager	meagre
meagerly	meagrely
meagerness	meagreness
mechanization	mechanisation
mechanize	mechanise
medieval	mediaeval
mementos	mementoes
memorialize	memorialise
memorization	memorisation
memorize	memorise
menorrhoea	menorrhoea
mercerization	mercerisation
mercerize	mercerise
mercerizing	mercerising
mesmerize	mesmerise
metabolize	metabolise
metacenters	metacentres
metalizing	metallising
metastasize	metastasise
meter	metre
methodize	methodise
militarize	militarise
millenium	millennium
milliliter	millilitre
millimeter	millimetre
mineralization	mineralisation
mineralize	mineralise
miniaturization	miniaturisation
miniaturize	miniaturise
minimization	minimisation
minimize	minimise
minimizing	minimising
misbehavior	misbehaviour
misdemeanor	misdemeanour
misjudgment	misjudgement
mislabeled	mislabelled
mislabeling	mislabelling
miter	mitre
mobilization	mobilisation
mobilize	mobilise
modeled	modelled
modeler	modeller
modeling	modelling
modernization	modernisation
modernize	modernise
modularize	modularise
moisturize	moisturise

moisturizer	moisturiser
mold	mould
molded	moulded
molding	moulding
molds	moulds
moldy	mouldy
mollusk	mollusc
mollusks	molluscs
molt	moult
mom	mum
mongrelize	mongrelise
monolog	monologue
monopolization	monopolisation
monopolize	monopolise
moralization	moralisation
moralize	moralise
motorize	motorise
multicolor	multicolour
mustache	moustache
myna	mina
naivety	naivety
narcotize	narcotise
nationalization	nationalisation
nationalize	nationalise
naturalization	naturalisation
naturalize	naturalise
naught	nought
nebulizers	nebulisers
neighbor	neighbour
neighborhood	neighbourhood
neighborly	neighbourly
neoclassical	neo-classical
net	nett
neuron	neurone
neurons	neurones
neutralization	neutralisation
neutralize	neutralise
neutralizer	neutraliser
neutralizing	neutralising
nite	night
niter	nitre
nonplused	nonplussed
nonpluses	nonplusses
nonplusing	nonplussing
normalization	normalisation
normalize	normalise
northeast	north-east
northwest	north-west
notarize	notarise
note paper	note-paper
novelize	novelise
novitiate	noviciate
nursling	nurseling
occurring	occurring
octagonal	octogonal
odor	odour
offense	offence
omelet	omelette
optimization	optimisation
optimize	optimise
organization	organisation
organize	organise
organized	organised
orthopedic	orthopaedic

orthopedist	orthopaedist
ostracize	ostracise
outmaneuver	outmanoeuvre
overcapitalization	overcapitalisation
overcapitalize	overcapitalise
overemphasize	overemphasise
overspecialization	overspecialisation
oxidization	oxidisation
oxidize	oxidise
oxidizing	oxidising
ozonizing	ozonising
pajama	pyjama
pajamas	pyjamas
palatalize	palatalise
paleobotany	palaeobotany
paleocene	palaeocene
paleoclimatology	palaeoclimatology
paleogeography	palaeogeography
paleography	palaeography
paleolithic	palaeolithic
paleomagnetism	palaeomagnetism
paleontologist	palaeontologist
paleontology	palaeontology
paleozoic	palaeozoic
palletize	palletise
panegyryze	panegyryse
paneling	panelling
panelist	panellist
pantyhose	panti-hose
paper currency	papercurrency
paralyze	paralyse
parceled	parcelled
parceling	parcelling
parenthesize	parenthesise
parlor	parlour
particularization	particularisation
particularize	particularise
pasteurization	pasteurisation
pasteurize	pasteurise
pasteurizing	pasteurising
patronization	patronisation
patronize	patronise
patronizingly	patronisingly
pauperization	pauperisation
pauperize	pauperise
pavilion	pavillion
pedagogy	paedagogy
pedaled	pedalled
pedaling	pedalling
pedestrianize	pedestrianise
pediatric	paediatric
pediatrician	paediatrician
pedophile	paedophile
pedophilia	paedophilia
penalization	penalisation
penalize	penalise
peptize	peptise
personalization	personalisation
personalize	personalise
phanastrons	phantastrons
phase changing	phasechanging
philosophize	philosophise
philosophizer	philosophiser
phlebotomize	phlebotomise

phonies	phoneys
phony	phoney
photosensitize	photosensitise
pilaf	pilaff
pjamas	pyjamas
plagiarize	plagiarise
plasticizer	plasticiser
plow	plough
plowing	ploughing
plowman	ploughman
plunk	plonk
poeticize	poeticise
poetize	poetise
polarization	polarisation
polarize	polarise
polarized	polarised
politicization	politicisation
politicize	politicise
polyethylene	polyethene
polyethylene	polythene
polymerizable	polymerisable
polymerization	polymerisation
polymerize	polymerise
polymerized	polymerised
popularization	popularisation
popularize	popularise
practicing	practising
preferred	prefered
preignition	pre-ignition
prejudgment	prejudgement
pressurization	pressurisation
pressurize	pressurise
pretense	pretence
prioritization	prioritisation
prioritize	prioritise
privatization	privatisation
privatize	privatise
prize	prise
program	programme
prolog	prologue
propagandize	propagandise
prophecy	prophecy
proselytize	proselytise
proselytizer	proselytiser
pseudointellectual	pseudo-intellectual
pseudoscience	pseudo-science
psychoanalyze	psychoanalyse
publicize	publicise
pulverize	pulverise
pulverizing	pulverising
pummeled	pummelled
pummeling	pummelling
quarreled	quarrelled
quarreler	quarreller
raccoon	racoon
radicalization	radicalisation
radicalize	radicalise
railroad	railway
rancor	rancour
randomization	randomisation
randomize	randomise
ratability	rateability
ratable	rateable
ratably	rateably

rationalization	rationalisation
rationalize	rationalise
raveled	ravelled
raveling	ravelling
realizable	realisable
realization	realisation
realize	realise
recognizable	recognisable
recognizance	recognisance
recognize	recognise
recognizing	recognising
reconnoiter	reconnoitre
reconnoitered	reconnoitres
reconnoitering	reconnoitring
reconnoiters	reconnoitred
redialed	redialled
redialing	redialling
refueled	refuelled
refueling	refuelling
regularization	regularisation
regularize	regularise
reinitialize	reinitialise
relabeled	relabelled
relabeling	relabelling
remodeled	remodelled
remodeling	remodelling
remold	remould
reorganization	reorganisation
reorganize	reorganise
resynchronization	resynchronisation
resynchronize	resynchronise
retroflexion	retroflexion
reveled	revelled
reveler	reveller
reveling	revelling
revitalization	revitalisation
revitalize	revitalise
revolutionize	revolutionise
rhapsodize	rhapsodise
rigor	rigour
rigorous	rigors
rigorous	rigours
ritualize	ritualise
rivalled	rivalled
rivaling	rivalling
romanticize	romanticise
routing	routeing
rubberize	rubberise
rouble	rouble
rubles	roubles
rumor	rumour
rumormonger	rumourmonger
saber	sabre
salability	saleability
salable	saleable
saltpeter	saltpetre
sanitize	sanitise
satirize	satirise
savanna	savannah
savannas	savannahs
savior	saviour
saviors	saviours
savor	savour
savory	savoury

saxophone	saxaphone
scandalize	scandalise
scepter	sceptre
schematization	schematisation
schematize	schematise
scrutinize	scrutinise
seborrhea	seborrhoea
sectionalize	sectionalise
secularization	secularisation
secularize	secularise
selvage	selvedges
sensationalize	sensationalise
sensitization	sensitisation
sensitize	sensitise
sensitizing	sensitising
sentimentalize	sentimentalise
septicemia	septicaemia
sequined	sequinned
sergeant	serjeant
serialization	serialisation
serialize	serialise
sermonize	sermonise
sermonizer	sermoniser
sexualize	sexualise
shakable	shakeable
sheik	sheikh
sheikdom	sheikhdom
shop	shoppe
shoveled	shovelled
shoveling	shovelling
shriveled	shrivelled
shriveling	shrivelling
signaled	signalled
signaled	signalling
signaler	signaller
signalize	signalise
singularize	singularise
skeptic	sceptic
skeptical	sceptical
skeptically	sceptically
skepticism	scepticism
skillful	skilful
skillfully	skilfully
skillfulness	skilfulness
slenderize	slenderise
smolder	smoulder
sniveled	snivelled
sniveling	snivelling
snorkeled	snorkelled
snorkeling	snorkelling
snowplow	snowplough
socialization	socialisation
socialize	socialise
solemnization	solemnisation
solemnize	solemnise
soliloquize	soliloquise
somber	sombre
somberly	sombrely
somberness	sombreness
southeast	south-east
southwest	south-west
specialization	specialisation
specialize	specialise
specialties	specialities

specialty	speciality
specter	spectre
specters	spectres
spelled	spelt
spilled	spilt
spiraled	spiralled
spiraling	spiralling
spiritualize	spiritualise
splendor	splendour
stabilization	stabilisation
stabilize	stabilise
stabilizer	stabiliser
standardization	standardisation
standardize	standardise
stenciled	stencilled
stenciling	stencilling
sterilization	sterilisation
sterilize	sterilise
stigmatize	stigmatise
storied	storyed
story	storey
stylization	stylisation
stylize	stylise
stylized	stylised
subsidization	subsidisation
subsidize	subsidise
subsidizing	subsidising
subtotaled	subtotalled
subtotaling	subtotalling
suburbanize	suburbanise
succor	succour
sulfate	sulphate
sulfide	sulphide
sulfite	sulphite
sulfur	sulphur
sulfureted	sulphuretted
sulfurous	sulphurous
summarize	summarise
summarized	summarised
sunburned	sunburnt
supersede	supercede
swat	swot
swiveled	swivelled
symbolization	symbolisation
symbolize	symbolise
sympathize	sympathise
sympathizer	sympathiser
synchronization	synchronisation
synchronize	synchronise
synopsise	synopsise
synthesize	synthesise
synthesizer	synthesiser
synthesizing	synthesising
systematization	systematisation
systematize	systematise
tableting	tabletting
tantalization	tantalisation
tantalize	tantalise
tasseled	tasselled
teetotaler	teetotaler
teetotalers	teetotalers
temporization	temporisation
temporize	temporise
temporizer	temporiser

tenderize	tenderise
tenderizer	tenderiser
terrorization	terrorisation
terrorize	terrorise
theater	theatre
theologize	theologise
theorize	theorise
thiamin	thiamine
tho	though
thralldom	thraldom
thru	through
tinseled	tinselled
tire	tyre
ton	tonne
totaled	totalled
totaling	totalling
toward	towards
toweled	towelled
toweling	towelling
toxemia	toxaemia
toxemic	toxaemic
trammeling	trammelling
tranquilization	tranquillisation
tranquilize	tranquillise
tranquilizer	tranquilliser
transferable	transferrable
transferral	transferral
transistorize	transistorise
transship	tranship
transshipment	transshipment
transvestitism	transvestism
traumatize	traumatise
traveled	travelled
traveler	traveller
traveler	travelling
travelers	traveller
traveling	travelling
tricolor	tricolour
trisulfate	trisulphate
trivialize	trivialise
tularemia	tularaemia
tumor	tumour
tunable	tuneable
tunneled	tunnelled
tunneling	tunnelling
tyrannize	tyrannise
ultrahigh	ultra-high
ultramodern	ultra-modern
unanalyzed	unanalysed
unappetizing	unappetising
unauthorized	unauthorised
uncivilized	uncivilised
uncolored	uncoloured
undercapitalized	undercapitalised
unfavorable	unfavourable
unfavorably	unfavourably
unfertilized	unfertilised
unflavored	unflavoured
unionization	unionisation
unionize	unionise
unitize	unitise
universalize	universalise
unlivable	unliveable
unmovable	unmoveable

unnamable	unnameable
unorganized	unorganised
unplowed	unploughed
unpracticed	unpractised
unpublicized	unpublicised
unraveled	unravelled
unraveling	unravelling
unrealizable	unrealisable
unrealized	unrealised
unrecognizable	unrecognisable
unrecognized	unrecognised
unrivaled	unrivalled
unsavorily	unsavourily
unsavory	unsavoury
unskillful	unskilful
unskillfully	unskilfully
unspecialized	unspecialised
unspoiled	unspoilt
unsubsidized	unsubsidised
untamable	untameable
untrammeled	untrammelled
unutilized	unutilised
urbanization	urbanisation
urbanize	urbanise
uremia	uraemia
utilizable	utilisable
utilization	utilisation
utilize	utilise
utilizing	utilising
valor	valour
valorization	valorisation
valorize	valorise
vandalize	vandalise
vapor	vapour
vaporization	vaporisation
vaporize	vaporise
vaporizer	vaporiser
vaporware	vapourware
varicolored	varicoloured
verbalization	verbalisation
verbalize	verbalise
vial	phial
victimization	victimisation
victimize	victimise
vigor	vigour
vigorous	vigourous
vise	vice
visualization	visualisation
visualize	visualise
vitalization	vitalisation
vitalize	vitalise
vocalization	vocalisation
vocalize	vocalise
volatilization	volatilisation
volatilize	volatilise
vulcanization	vulcanisation
vulcanize	vulcanise
vulgarization	vulgarisation
vulgarize	vulgarise
wagon	waggon
watercolor	watercolour
weaseling	weaselling
weatherize	weatherise
westernize	westernise

whir	whirr
whiskey	whisky
widthwise	widthways
willful	wilful
willfully	wilfully
willfulness	wilfulness
winterize	winterise
wiveling	swivelling
womanize	womanise
womanizer	womaniser
woolen	woollen
woolens	woollens
worshiped	worshipped
yodeled	yodelled
yodeling	yodelling

Of course, we do completely misspell other words. We do appreciate notification of these occurrences. Thank you for your interest.

[BACK TO MORE INFO PAGE](#)

ANEXO 20

O chamado 'novo acordo ortográfico': um descaso político e jurídico

por JOSÉ DE FARIA COSTA E FRANCISCO FERREIRA DE ALMEIDA, PROFESSORES DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (DN.13 Fevereiro 2012)

Em um tempo de crise do Estado-Nação, de soberania diluída em espaços políticos e económicos de integração e, conseqüentemente, de esbatimento das mais lídimas marcas identitárias dos povos, a língua constitui, sem dúvida, um dos últimos redutos do seu específico modo de ser e, por isso, um instrumento privilegiado da sua afirmação neste "admirável mundo novo" de "constelações pós-estaduais". Para além disso, qualquer razoável aprendiz das coisas do direito sabe que "coisas" há nas quais o direito não deve meter prego nem estopa. É o chamado espaço livre de direito. E quanto maior é esse espaço, mais livres e democráticas são as comunidades de homens e mulheres livres. A língua deve ser olhada e valorada como um território de tendencial espaço livre de direito. Mas já que se chamou o direito para se intrometer na língua, então olhemo-la pelo direito. Pelo bom direito.

Com o Acordo Ortográfico (AO), Portugal, acometido de um juridicizante voluntarismo excessivo, tristemente capitulou perante um patente abastardamento da língua portuguesa, coonestando, à guisa de autoflagelação, uma arremetida contra importante vertente do seu riquíssimo - velho, de quase nove séculos -património histórico e cultural.

Surpreendentemente, contudo, não é apenas a dimensão imaterial das coisas que está em jogo: também do ponto de vista jurídico, a enrolada "entrada em vigor" do AO deixa a descoberto um perturbante descaso. Vejamos.

Por força do art. 8.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, a vigência internacional de um tratado é condição da sua vigência interna. Ora, no plano internacional, um tratado entra em vigor logo que o consentimento a ficar vinculado por ele (através do acto de ratificação) seja manifestado por todos os Estados que hajam intervindo na respectiva negociação (cfr. art. 24.º, n.º 2 da Convenção de Viena Sobre o Direito dos Tratados, de 1969 - CV). Admite-se, é certo, no n.º 1 da mesma disposição, a possibilidade de as partes convirem numa solução diversa, designadamente a da entrada em vigor da convenção internacional em causa no momento em que se atinja um determinado número de ratificações. Sucede, todavia, que tal solução, apresentando-se como perfeitamente concebível para tratados multilaterais gerais, não parece feita à feição de tratados com um número limitado de partes... E, muito em

particular, de um tratado com as especificidades do AO, em que claramente se sobrepuja o imperativo de que ele constitua uma totalidade solidária... De resto, um regime jurídico diferenciado, v. g., em matéria de adesão, de formulação de reservas, de eventual produção de efeitos para Estados terceiros, etc., acaba por singularizar, face aos demais, este tipo de pactos multilaterais restritos.

Acresce que do acto de autenticação (ou assinatura) de um tratado internacional decorrem certos efeitos jurídicos. De entre eles, o da inalterabilidade do texto (art. 10.º da CV) e o do dever geral de boa-fé (art. 18.º da CV), traduzindo-se este último num dever de abstenção de actos que atentem contra o objecto ou fim da convenção. Pois bem, se por um lado o II Protocolo Modificativo do AO, de Julho de 2004, ao arripio daquele primeiro sentido normativo, alterou, em parte, a redacção originária do AO, fazendo, do mesmo passo, letra morta do n.º 4 do art. 24.º da CV, que considera obrigatórias, desde a adopção do texto, as cláusulas relativas às modalidades da entrada em vigor, por outro - o que se nos afigura bem mais grave - consubstanciou justamente um acto (concertado!) que malogrou, sem apelo nem agravo, o objecto e a finalidade do tratado. Com efeito, não se vê como o propósito assumido da criação de uma ortografia unificada para o português possa ser alcançado com o consentimento à vinculação a ser exprimido por apenas três dos oito Países de Língua Oficial Portuguesa. Tratar-se-ia, a nosso ver, de uma verdadeira *contradictio in terminis* que confrangeria passar em claro, não fora a circunstância de, em 2004, se ter procurado, pura e simplesmente, encontrar uma solução expeditiva - imponderadamente inspirada numa suposta prática da CPLP - para a entrada em vigor, a todo o transe, do AO. Nessa ocasião, Portugal acabaria, ironicamente, por postergar normas constantes da CV a que se vinculara pouco tempo antes por Decreto do Presidente da República, n.º 46/2003, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 181, de 7 de Agosto de 2003...

Mesmo a não se entender assim, sempre haverá de aceitar-se que, por força do art. 2.º do Tratado de 1990 - nos termos do qual os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração de um vocabulário ortográfico comum de língua portuguesa -, a entrada em vigor do AO deverá ser diferida para o momento em que, precisamente, a existência de um vocabulário comum, contendo as grafias consideradas adequadas para todos os povos da lusofonia, torne finalmente exequível o clausulado do Tratado. Talvez por isso Angola e Moçambique relutem, para já, em ratificá-lo.

Com isto se demonstra, julgamos, que no próprio interesse dos "turiferários" do chamado AO - indiferentes aos argumentos da diversidade, da etimologia, da sonoridade e da estética da língua, reiteradamente brandidos pelos seus opositores - se justifica, quanto antes, sobrestar na decisão de o considerar já em vigor (em vigor, mas como?), porquanto tal hipotético assomo de clarividência equivaleria, bem vistas as coisas, à prática de um acto destinado à preservação da sua integridade - outro dos corolários do aludido dever geral de boa-fé que impende sobre os signatários de uma convenção internacional.

ANEXO 21



Exmos. Senhores
Ministro da Educação e Ciência
e
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Prof. Doutor Nuno Crato
Avenida 5 de Outubro, 197
1069-018 Lisboa

Dr. Paulo Portas
Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas
1399-030 Lisboa

REQUERIMENTO

Madalena [REDACTED] Homem Cardoso, portadora do B.I. nº [REDACTED], emitido pelos S.I.C. de Lisboa em [REDACTED], mãe e Encarregada de Educação de Inês [REDACTED], aluna nº [REDACTED] da turma [REDACTED] do 3º ano da EB1 [REDACTED], em Lisboa, na sequência da Carta Aberta por si dirigida a S. Exa. o Senhor Ministro da Educação com data de 24/03/2012, para a qual não logrou obter qualquer resposta durante os mais de nove meses desde então decorridos, vem interpelar Vossas Excelências por via do presente requerimento, tendo em conta que:

- (1) Toda a exposição contida na aludida Carta Aberta (reproduzida em anexo) se mantém actual e pertinente, e bem assim se mantêm incontestados os fundamentos que justificaram e justificam o inflexível posicionamento da requerente quanto à introdução do dito "acordo" dito "ortográfico" (AO90) na aprendizagem escolar da sua filha e educanda, no que entende ser uma responsabilidade sua que não delega, de que não se demite, no exercício do poder-dever parental.
- (2) Enquanto cidadã, resta à requerente verificar tratar-se de um enorme conjunto de crianças em processo de alfabetização que está a ser lesado de modo grave e irreversível no que de outra forma seria a sua plenipotenciária aprendizagem da Língua Portuguesa escrita. As crianças, muitos milhares de crianças, estão a ser privadas do contacto estruturado e estruturante com as subtilezas e complexidades do idioma em tempo oportuno do seu desenvolvimento cognitivo – tal qual se tratasse de um instrumento musical que requer um contacto irrestrito precoce para ser dominado com a possibilidade de atingir patamares de excelência, não de mera competência básica.
- (3) Por efeito da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 8/2011, o Ensino Básico foi atingido na leva da Administração Pública, com negligência grosseira, sem a prudência mínima exigível de atender aos pareceres idóneos existentes, ou de promover estudos técnicos credíveis prévios, quanto aos impactos expectáveis desta medida administrativa acrítica, assentando na ignorância e promovendo a ignorância, naquela que é talvez a mais nobre função do Estado, a de assegurar a transmissão de saberes, em particular os da herança histórico-cultural colectiva, aos mais jovens, independentemente do seu contexto social.

.../...

Decorre o segundo ano lectivo desde que estes foram tornados cobaias de uma experiência desastrosa, contrária à vontade da maioria esmagadora da população e prosseguida à revelia do entendimento unânime dos especialistas (exceptuados os autores-usufrutuários do atentado cultural em curso).

(4) Por se tratar de "directiva da tutela" que começou a "vigorar" (embora ilegalmente, de acordo com diversos pareceres jurídicos) no ano lectivo de 2011-2012 e foi "diligentemente" seguida pelos dois grandes grupos editoriais que monopolizam o mercado dos livros escolares (Grupo Leya e Grupo Porto Editora), os professores viram-se compelidos a "recomendar" a aquisição de manuais redigidos no que a requerente vem designando, informalmente, por um "acordês-mixordês" errático, o qual conta com o beneplácito de uma obscura entidade certificadora. Desta forma surge o texto nos livros escolares, também porque os instrumentos que é suposto assumirem o modo oficial de aplicar o AO90 contradizem as disposições nele contidas (tal como os dicionários e "corretores" ortográficos privados variam nas interpretações do AO90, são discrepantes entre si e com os instrumentos oficiais). Porém, perante a "recomendação" de manuais feita pelos professores que, por larga maioria, se acham igualmente reféns, sentem-se os Encarregados de Educação – com poucas excepções, entre as quais a requerente se inclui – intimados a adquirir livros escolares onde o Português surge delapidado, isto é, forçados a subsidiar (e este subsídio não é despidendo no orçamento da maior parte das famílias!) tais actos de vandalismo cultural, patrocinando antecipadamente um ensino inquinado por esses atropelos, sob pena de os seus educandos terem "faltas de material", e assim o Estado indirecta e perversamente impõe aos cidadãos que sustentem os negócios vários que se fazem à custa do património identitário de todos e de uma deficiente aprendizagem dos mais novos, cujas sequelas são graves e irreparáveis.

(5) Surge na Declaração Final emanada da VII Reunião de Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de 31/03/2012, da qual S. Exa. o Senhor Ministro da Educação foi co-signatário, a admissão de que a aplicação do AO90 enferma de "constrangimentos e estrangulamentos" (*sic*), pelo que a mesma Declaração Final delibera seja feito um diagnóstico desses problemas com vista à "apresentação de uma proposta de ajustamento ao Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990" (*sic*), ou seja, uma revisão da redacção do AO90 enquanto tratado internacional cuja aplicação prática está a ser feita exclusiva e unilateralmente por Portugal. Desta, os resultados calamitosos são observáveis em todos os domínios (pelo apagamento da etimologia, pela desagregação de famílias de palavras e de conexões de sentidos, pela perda do vínculo com as outras grandes línguas cultas europeias transcontinentais, pelas repercussões intoleráveis na terminologia técnico-científica e nos vocabulários especializados, etc.). Instalou-se um caos "heterográfico" que a todos os portugueses cobre de ridículo (*vide* a nossa apresentação "Caos Ortográfico em progressão para o Linguicídio", em anexo), o qual vem cilindrando a outrora estável variante euro-afro-asiática-oceânica do Português, apenas neste país que fez em tempos aportar noutros continentes a matriz comum. Eis de uma longa construção a rápida destruição, despudorada e mercantil, prospectiva (ao lesar o ensino da língua aos mais novos) e retrospectiva (ao pretender achincalhar por esta via todo o património literário).

(6) A despeito do iminente diagnóstico, para posterior revisão, ou "ajustamento" (*sic*), do texto do AO90, ambos *sine die*, na sequência da deliberação conjunta assinada na referida declaração pelo Senhor Ministro da Educação de Portugal, são canalizados subsídios públicos

.../...

.../...

definitivos para reedições provisórias, num incompreensível afã de "atualizar" o acervo das bibliotecas escolares, mesmo sendo óbvia a sua rápida obsolescência. De facto, ou haverá uma necessidade futura de "re-reeditar" (após o "ajustamento" projectado) tudo que agora for reeditado, ou então haverá que descartar estas reedições para a reciclagem de papel, sendo que o AO90 em si mesmo não é "reciclável", em razão da sua "multi-toxicidade" – aquela que lhe advém das excepções, das facultatividades, dos erros, das falsas premissas.

(7) O teor do Decreto nº 7875, assinado em 27/12/2012 pela Senhora Presidente da República Federativa do Brasil, protelando a aplicação obrigatória do AO90 neste país para 2016, não só faz prever o advento de um decreto análogo em Dezembro de 2015, considerando a tradição histórica brasileira neste domínio, como ainda permite inferir que a referência aos "constrangimentos e estrangulamentos na aplicação do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990" (*sic*) tenha surgido na Declaração Final da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, não por iniciativa de Portugal (por amor-próprio ou elementar bom senso), o único país signatário que temerariamente encetou uma tentativa desconexa e irresponsável de aplicação prática do AO90, mas sim por iniciativa do Brasil, país onde a comunidade científica e a comunidade docente são auscultadas pelos decisores políticos, e onde parece prevalecer a teoria de que deverá aproveitar-se a oportunidade – presume-se oportuna a ostensiva permeabilidade de Portugal ao "linguicídio" – para introduzir-se uma radical simplificação no idioma, eventualmente com extinção da letra "h" ("consoante muda" mais muda não há...), entre outras ideias aventadas como contributos para a invenção da novilíngua do Brasil (cfr. George Orwell, "1984").

Em vista destas verificações, atenta a gravidade do assunto em apreço, e ao abrigo do disposto nos nºs 1 e 2 do artº 268º da Constituição da República Portuguesa (CRP), respeitante aos direitos e garantias dos administrados, no nº 1 do artº 52º da CRP, relativo ao direito de petição, e no nº 2 do artº 48º da CRP, que consagra o direito de participação na vida pública [cfr. artº 9º, nº 1, proémio, do Código do Procedimento Administrativo, cfr. também alíneas a) e b) do mesmo preceito; cfr. artº 104º, nº 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos], vem a requerente solicitar a Vossas Excelências se dignem informá-la (tornando público) se houve algum ou alguns estudos ou pareceres que, apresentado(s) por algum ou alguns dos representantes dos países membros da CPLP na referida VII Reunião de Ministros da Educação, incluindo Portugal, tivesse(m) servido de fundamento ou respaldo das afirmações e deliberações contidas no ponto 3 da Declaração Final dela resultante. Cumulativamente, a requerente vem solicitar a Vossas Excelências se dignem prestar informação sobre a existência de outros estudos ou pareceres incidindo sobre o AO90 e/ou sobre a aplicação deste, posteriores à publicação da RCM nº 8/2011, que tenham chegado ao conhecimento do Governo de Portugal, fora do âmbito da cimeira referida, de proveniência nacional ou oriundos de países terceiros.

Caso existam tais documentos, e igualmente ao abrigo da legislação acima invocada, vem a signatária requerer ainda a Vossas Excelências lhe seja dado (fazendo-os públicos) conhecimento integral do conteúdo dos mesmos.

Pede deferimento,

Lisboa, 8 de Janeiro de 2013

[assinatura conforme B.I.]

ANEXO 22

A
Questão
do
«Acordo
Ortográfico»

Movimento contra o Acordo Ortográfico

ANEXO 23

QUADRO COMPARATIVO DE LEMAS
(EM VÁRIOS DICIONÁRIOS E VOCABULÁRIOS)

LEMA (PtE)	A090	VOP	Lince	PE	VOLP-M	PRIBERAM	VOLP	VOALP
<i>abjecção</i>	—	<i>abjeção</i> pt <i>abjecção</i> br	<i>abjeção</i>	<i>abjeção</i>	<i>abjeção</i>	<i>abjeção</i>	<i>abjecção</i> <i>abjeção</i>	<i>abjeção</i>
<i>abjecto</i>	—	<i>abjeto</i> pt <i>abjecto</i> br	<i>abjeto</i>	<i>abjeto</i>	<i>abjeto</i>	<i>abjeto</i>	<i>abjecto</i> <i>abjeto</i>	<i>abjeto</i>
<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>	—	<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>	<i>abrogação</i> , <i>abrogar</i> e <i>ab-</i> <i>rogação</i> , <i>ab-rogar</i> (não corrige)	<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>	<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>	<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>	<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>	<i>ab-rogação</i> <i>ab-rogar</i>
<i>acepção</i>	—	<i>aceção</i> pt e <i>acepção</i> br	<i>aceção</i>	<i>aceção</i>	<i>aceção</i>	<i>aceção</i> pt e <i>acepção</i> br	<i>acepção</i>	<i>aceção</i>
<i>adopção</i>	<i>adoção</i> ¹	<i>adoção</i> <i>adopção</i> br	<i>adoção</i>	<i>adoção</i>	<i>adoção</i>	<i>adoção</i>	<i>adoção</i> e <i>adopção</i>	<i>adoção</i>
<i>adopcionismo</i>	—	<i>adocionismo</i> <i>adopcionismo</i> br	<i>adocionismo</i>	<i>adocionismo</i>	<i>adocionismo</i>	<i>adopcionismo</i>	<i>adopcionismo</i> <i>adocionismo</i>	<i>adocionismo</i>
<i>adoptar</i>	<i>adotar</i>	<i>adotar</i> ² <i>adoptar</i> br	<i>adotar</i>	<i>adotar</i>	<i>adotar</i>	<i>adotar</i>	<i>adotar</i> e <i>adoptar</i>	<i>adotar</i>
<i>adoptável</i>	—	<i>adotável</i> pt <i>adoptável</i> br	<i>adotável</i>	<i>adotável</i>	<i>adotável</i>	<i>adotável</i>	<i>adoptável</i> <i>adotável</i>	<i>adotável</i>
<i>adoptivo</i>	—	<i>adotivo</i> <i>adoptivo</i> br	<i>adotivo</i>	<i>adotivo</i>	<i>adotivo</i>	<i>adotivo</i>	<i>adoptivo</i> <i>adotivo</i>	<i>adotivo</i>

¹ O AO90 Base IV, 1.º, b) admite, para este lema e o verbo cognato, grafias únicas, pelo que VOP e VOLP, por aceitarem formas duplas, violam a letra do mesmo.

² Ver nota anterior.

<i>anabaptismo</i>	—	<i>anabatismo</i> pt <i>anabaptismo</i> br	<i>anabatismo</i>	<i>anabatismo</i>	<i>anabatismo</i>	<i>anabatismo</i>	<i>anabaptismo</i> <i>anabatismo</i>	<i>anabatismo</i>
<i>anabaptista</i>	—	<i>anabatista</i> pt <i>anabaptista</i> br	<i>anabatista</i>	<i>anabatista</i>	<i>anabatista</i>	<i>anabatista</i>	<i>anabaptista</i> <i>anabatista</i>	<i>anabatista</i>
<i>apercepção</i>	—	<i>aperceção</i> pt <i>apercepção</i> br	<i>aperceção</i>	<i>aperceção</i>	<i>aperceção</i>	<i>aperceção</i> pt <i>apercepção</i> br	<i>apercepção</i>	<i>aperceção</i>
<i>aritmética</i>	<i>aritmética</i> ou <i>arimética</i> ³	<i>aritmética</i> e <i>arimética</i>	<i>aritmética</i> <i>aritmética</i> (não corrige esta forma)	<i>aritmética</i>	<i>aritmética</i> e <i>arimética</i>	<i>aritmética</i>	<i>aritmética</i>	<i>aritmética</i>
<i>assumptível</i>	<i>assumptível</i> <i>assuntível</i>	<i>assumptível</i> <i>assuntível</i> br	<i>assumptível</i> e <i>assuntível</i> (não corrige)	<i>assumptível</i>	<i>assumptível</i>	<i>assumptível</i>	<i>assumptível</i> <i>assuntível</i>	—
<i>assumpcionista</i>	<i>assuncionista</i> <i>assumpcionista</i> <i>a</i>	<i>assuncionista</i> <i>assumpcionista</i> <i>a</i> br	<i>assumpcionista</i> <i>a</i> e <i>assuncionista</i> (não corrige)	—	—	<i>assumpcionista</i> <i>a</i> pt <i>assuncionista</i> br	<i>assumpcionista</i> <i>a</i> <i>assuncionista</i>	<i>assuncionista</i>
<i>aspecto</i>	<i>aspecto</i> e <i>aspeto</i>	<i>aspeto</i> <i>aspecto</i> br	<i>aspeto</i>	<i>aspeto</i>	<i>aspeto</i>	<i>aspecto</i> e <i>aspeto</i> pt <i>aspecto</i> br	<i>aspecto</i> <i>aspeto</i>	<i>aspeto</i>
<i>batismo</i>	—	<i>batismo</i> <i>batismo</i> br ⁴	<i>batismo</i>	<i>batismo</i>	<i>batismo</i>	<i>batismo</i>	<i>batismo</i>	<i>batismo</i>
<i>baptista</i>	—	<i>batista</i>	<i>batista</i>	<i>batista</i>	<i>batista</i>	<i>batista</i>	<i>batista</i>	<i>batista</i>

³ A Base IV, 2.º preceitua: “Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: [...] o t da sequência *tm*, em *aritmética* e *aritmético*.” *Arimética* (*sic*) deve portanto deduzir-se da facultatividade de ler e grafar o t na sequência considerada. Na Nota Explicativa 4.4. lê-se que esta forma, entre outras (como *súdito* por *súbdito*), ocorre sobretudo no Brasil.

⁴ Falso: esta variante não existe no português brasileiro; a única registada pelo VOLP é *batismo*.

		<i>baptista</i> br						
<i>Baptista</i> (antropónimo)	—	— (não consta forma de antropónimo)	<i>Batista</i> ⁵	— (não consta forma de antropónimo)	<i>Baptista</i>	— (não consta forma de antropónimo)	— (não consta forma de antropónimo)	— (não consta forma de antropónimo)
<i>cacto</i>	<i>cacto e cato</i>	<i>cato</i> pt <i>cacto</i> br	<i>cato</i>	<i>cato</i>	<i>cato</i>	<i>cato</i> pt <i>cacto</i> br	<i>cacto</i>	<i>cato</i>
<i>carácter, caracteres</i>	<i>caracteres e carateres</i> (não consta forma de singular)	sing. <i>carácter</i> pt e variante <i>caráter</i> pl. <i>caracteres</i> e variante <i>carateres</i>	<i>caráter, carateres</i>	<i>carácter, caracteres caráter, carateres</i>	<i>carácter, caracteres caráter, carateres</i>	sing. <i>carácter e carácter</i> pt, <i>caráter</i> br pl. <i>caracteres</i> e <i>caracteres</i> pt <i>caracteres</i> br	<i>caráter, caracteres</i>	<i>caráter, carateres</i>
<i>característico, característica</i>	—	<i>característico e caraterístico, característica e caraterística</i>	<i>característico e caraterístico, característica e caraterística</i> (não corrige formas em <i>carat-</i>)	<i>característico e caraterístico, característica e caraterística</i>	<i>característico e caraterístico, característica e caraterística</i>	<i>característico e caraterístico, característica e caraterística</i> pt <i>característico, característica</i> br	<i>característico e caraterístico, característica e caraterística</i>	<i>caraterística e caraterística</i>
<i>catalecto</i>	—	<i>catalecto cataleto</i> br	<i>cataleto</i>	<i>cataleto</i>	<i>cataleto</i>	<i>catalecto</i>	<i>catalecto e cataleto</i> ⁶	<i>catalecto</i>
<i>cepro</i>	<i>cepro e cetro</i>	<i>cetro</i>	<i>cetro</i>	<i>cetro</i>	<i>cetro</i>	<i>cetro</i>	<i>cetro</i>	<i>cetro</i>
<i>circunspeção</i>	—	<i>circunspeção circunspeção</i>	<i>circunspeção</i>	<i>circunspeção</i>	<i>circunspeção</i>	<i>circunspeção</i> pt	<i>circunspeção circunspeção</i>	<i>circunspeção</i>

⁵ Esta modificação viola a Base XXI “Das assinaturas e firmas”, que preceitua que “Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registo legal, adote [sic] na assinatura do seu nome.” A alteração, pelo conversor Lince, do preceituado constitui uma óbvia violação desses direitos.

⁶ O VOLP regista *catalecto* e *cataleto* [ê]. Não é claro se este último se trata de um lema distinto, com pronúncia diversa (fechada) da vogal.

		br				<i>circunspecção</i> br		
<i>circunspecto</i>	—	<i>circunspecto e circunspeto</i>	<i>circunspecto e circunspecto</i> (não corrige)	<i>circunspecto</i>	<i>circunspecto</i>	<i>circunspecto e circunspeto pt circunspecto br</i>	<i>circunspecto e circunspeto</i>	<i>circunspecto</i>
<i>co-herdeiro</i>	<i>co-herdeiro</i>	<i>co-herdeiro</i>	<i>co-herdeiro</i>	<i>co-herdeiro</i>	<i>co-herdeiro</i>	<i>co-herdeiro pt coerdeiro br</i>	<i>coerdeiro</i>	<i>co-herdeiro</i>
<i>consumpção</i>	—	<i>consumpção e consunção</i> (não corrige)	<i>consumpção e consunção</i> (não corrige)	<i>consumpção e consunção</i>	<i>consumpção e consunção</i>	<i>consumpção e consunção pt consumpção br</i>	<i>consumpção e consunção</i>	<i>consumpção</i>
<i>concepção</i>	<i>concepção e conceção</i>	<i>conceção pt concepção br</i>	<i>conceção</i>	<i>conceção</i>	<i>conceção</i>	<i>conceção pt concepção br</i>	<i>concepção</i>	<i>concepção e conceção</i>
<i>conceptual</i>	—	<i>concetual pt variante conceptual</i>	<i>conceptual e concetual</i> (não corrige)	<i>conceptual e concetual</i>	<i>conceptual e concetual</i>	<i>conceptual e concetual pt conceptual br</i>	<i>conceptual</i>	<i>conceptual e concetual</i>
<i>conspecto</i>	—	<i>conspecto conspeto br</i>	<i>conspecto</i>	<i>conspecto</i>	<i>conspecto</i>	<i>conspecto</i>	<i>conspecto</i>	<i>conspecto e conspeto</i>
<i>contactar</i>	—	<i>contactar pt contatar br</i>	<i>contactar contatar</i> (não corrige)	<i>contactar contatar br</i>	<i>contactar e contatar</i>	<i>contactar pt contatar br</i>	<i>contactar e contatar</i>	<i>contactar</i>
<i>contacto</i>	—	<i>contacto contato br</i>	<i>contacto contato</i> (não corrige)	<i>contacto contato br</i>	<i>contacto e contato</i>	<i>contacto pt contato br</i>	<i>contacto e contato</i>	<i>contacto</i>
<i>corrupção</i>	—	<i>corrupção pt corrução br</i>	<i>corrupção e corrução</i> (não corrige)	<i>corrupção</i>	<i>corrupção</i>	<i>corrupção pt e br</i>	<i>corrupção e corrução</i>	<i>corrupção</i>
<i>corrupto</i>	<i>corrupto e corruto</i>	<i>corrupto pt e corruto br</i>	<i>corrupto e corruto</i> (não corrige)	<i>corrupto</i>	<i>corrupto</i>	<i>corrupto pt e br</i>	<i>corrupto e corruto</i>	<i>corrupto</i>

			corrige)					
<i>decepção</i>	—	<i>decepção</i> pt <i>decepção</i> br	<i>decepção</i>	<i>decepção</i>	<i>decepção</i>	<i>decepção</i> pt <i>decepção</i> br	<i>decepção</i>	<i>decepção</i>
<i>dicção</i>	<i>dicção</i> e <i>dição</i>	<i>dicção</i> pt ⁷ <i>dição</i> br	<i>dicção</i>	<i>dicção</i>	<i>dicção</i>	<i>dicção</i> pt e br	<i>dicção</i>	<i>dicção</i>
<i>electricidade</i>	—	<i>eletricidade</i>	<i>eletricidade</i>	<i>eletricidade</i>	<i>eletricidade</i>	<i>eletricidade</i>	<i>eletricidade</i>	<i>eletricidade</i>
<i>eléctrico</i>	—	<i>elétrico</i> <i>eléctrico</i> br	<i>elétrico</i>	<i>elétrico</i>	<i>elétrico</i>	<i>elétrico</i>	<i>eléctrico</i> e <i>elétrico</i>	<i>elétrico</i>
<i>electrónico</i>	—	<i>eletrónico</i> pt <i>electrónico</i> e <i>eletrónico</i> br	<i>eletrónico</i>	<i>eletrónico</i>	<i>eletrónico</i>	<i>eletrónico</i> pt <i>eletrónico</i> br	<i>electrónico</i> e <i>eletrónico</i>	<i>eletrónico</i>
<i>espectro</i>	—	<i>espectro</i> e <i>espetro</i>	<i>espectro</i> e <i>espetro</i>	<i>espectro</i> e <i>espetro</i>	<i>espetro</i>	<i>espectro</i> e <i>espetro</i> pt <i>espetro</i> br	<i>espectro</i> e <i>espetro</i>	<i>espectro</i> e <i>espetro</i>
<i>espectrómetro</i>	—	<i>espectrómetro</i> e <i>espetrómetro</i> pt <i>espectrômetro</i> e <i>espetrômetro</i> br	<i>espectrómetro</i> e <i>espetrómetro</i> (não corrige)	<i>espectrómetro</i> e <i>espetrómetro</i>	<i>espetrómetro</i>	<i>espectrómetro</i> e <i>espetrómetro</i> pt <i>espectrômetro</i> br	<i>espectrômetro</i> e <i>espetrômetro</i>	<i>espectrómetro</i>
<i>espectador</i>	—	<i>espectador</i> e <i>espetador</i>	<i>espectador</i> e <i>espetador</i>	<i>espectador</i> e <i>espetador</i>	<i>espectador</i> e <i>espetador</i>	<i>espectador</i> e <i>espetador</i> pt <i>espetador</i> br	<i>espectador</i> e <i>espetador</i>	<i>espetador</i>
<i>facção</i>	—	<i>fação</i> <i>facção</i> br	<i>fação</i>	<i>fação</i>	<i>fação</i>	<i>fação</i>	<i>facção</i> e <i>fação</i>	<i>fação</i> <i>facção</i> br
<i>facto</i>	<i>facto</i> e <i>fato</i>	<i>facto</i>	<i>facto</i>	<i>facto</i>	<i>facto</i>	<i>facto</i> pt	<i>facto</i> e <i>fato</i>	<i>facto</i>

⁷ A variante *dicção*, admitida no Brasil, pode confundir-se com o lema homónimo *dição* (acepções de “domínio, autoridade”).

		<i>fato br</i>				<i>fato br</i>		
<i>flectir</i>	—	<i>fletir pt</i> <i>flectir br</i>	<i>fletir</i>	<i>fletir</i>	<i>fletir</i>	<i>fletir pt</i> <i>flectir br</i>	<i>flectir e fletir</i>	<i>fletir</i>
<i>manda-chuva</i>	<i>mandachuva</i> (Base XV, 1.º)	<i>mandachuva</i> <i>manda-chuva</i> ⁸	<i>mandachuva</i> <i>manda-chuva</i>	<i>mandachuva</i>	<i>mandachuva</i>	<i>mandachuva</i>	<i>mandachuva</i>	<i>mandachuva</i>
<i>manufatura</i>	—	<i>manufatura</i> <i>manufatura</i> br	<i>manufatura</i>	<i>manufatura</i>	<i>manufatura</i>	<i>manufatura e</i> <i>manufatura pt</i> <i>manufatura br</i>	<i>manufatura e</i> <i>manufatura</i>	<i>manufatura</i>
<i>manufaturar</i>	—	<i>manufaturar</i> <i>manufaturar</i> br	<i>manufaturar</i>	<i>manufaturar</i>	<i>manufaturar</i>	<i>manufaturar</i> pt <i>manufaturar</i> br	<i>manufaturar</i> e <i>manufaturar</i>	<i>manufaturar</i>
<i>objecção</i>	<i>objeção</i>	<i>objeção</i> <i>objecção br</i> ⁹	<i>objeção</i>	<i>objeção</i>	<i>objeção</i>	<i>objecção</i>	<i>objecção e</i> <i>objeção</i>	<i>objeção</i>
<i>objectar</i>	—	<i>objetar pt</i> <i>objectar br</i> ¹⁰	<i>objetar</i>	<i>objetar</i>	<i>objetar</i>	<i>objetar</i>	<i>objectar e</i> <i>objetar</i>	<i>objetar</i>
<i>ótico, ótica</i> (relativo à audição)	—	— (não distingue do seguinte como lema distinto)	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica</i>
<i>óptico, óptica</i> (relativo à visão)	—	<i>ótico, ótica pt</i> <i>óptico, óptica</i> br	<i>ótico, ótica</i> (não distingue do seguinte como lema distinto)	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica</i>	<i>ótico, ótica pt</i> <i>óptico, óptica</i> br	<i>óptico, óptica</i>	<i>óptico, óptica</i>

⁸ O AO90 prescreve única e explicitamente forma sem hífen. O VOP e o Lince, ao admitirem ambas, violam o preceituado daquele.

⁹ Na Base IV, 1.º, b), lê-se: “Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: [...] *objeção*...”. Por outras palavras, o texto do AO90 admite para este lema unicamente esta grafia, sem a alternativa com *c* mudo. Tanto o VOP como o VOLP violam a letra do articulado. Por outro lado, a variante *objecção*, dita erroneamente como própria do Brasil pelo VOP, ainda que registada igualmente pelo VOLP, não está registada em outros dicionários brasileiros consultados (por exemplo, no Aulete).

¹⁰ O que se disse na nota anterior é válido igualmente para este lema, cognato de *objecção*, ainda que não referido no texto do AO90.

<i>percepção</i>	—	<i>perceção</i> pt <i>percepção</i> br	<i>perceção</i>	<i>perceção</i>	<i>perceção</i>	<i>perceção</i> pt <i>percepção</i> br	<i>percepção</i>	<i>perceção</i>
<i>perempção</i>	—	<i>perenção</i> pt <i>perempção</i> br	<i>perenção</i>	<i>perenção</i>	<i>perenção</i>	<i>perempção</i> e <i>perenção</i> pt <i>perempção</i> br	<i>perempção</i>	<i>perenção</i>
<i>peremptório</i>	<i>peremptório</i> , <i>perentório</i>	<i>perentório</i> pt <i>peremptório</i> br	<i>perentório</i>	<i>perentório</i>	<i>perentório</i>	<i>peremptório</i> e <i>perentório</i> pt <i>peremptório</i> br	<i>peremptório</i>	<i>perentório</i>
<i>primo-infecção</i>	<i>primo-infeção</i>	<i>primo-infeção</i>	<i>primo-infeção</i>	<i>primo-infeção</i> e <i>primoinfeção</i> (lema <i>primo-</i> <i>infeção</i> , reconhece forma sem hífen)	<i>primo-infeção</i> e <i>primoinfeção</i> (lema <i>primo-</i> <i>infeção</i> , reconhece forma sem hífen)	<i>primo-infecção</i> e <i>primo-</i> <i>infeção</i> pt <i>primoinfeção</i> e <i>primoinfeção</i> br ¹¹	<i>primoinfecção</i>	—
<i>recepção</i>	<i>recepção</i> e <i>receção</i>	<i>receção</i> pt e <i>receção</i> br	<i>receção</i>	<i>receção</i>	<i>receção</i>	<i>receção</i> pt e <i>receção</i> br	<i>recepção</i>	<i>receção</i> <i>recepção</i> br
<i>repcionar</i>	—	<i>reccionar</i> pt <i>repcionar</i> br	<i>reccionar</i>	<i>reccionar</i>	<i>reccionar</i>	<i>reccionar</i> pt <i>repcionar</i> br	<i>repcionar</i>	<i>reccionar</i>
<i>repcionista</i>	—	<i>reccionista</i> pt <i>repcionista</i> br	<i>reccionista</i>	<i>reccionista</i>	<i>reccionista</i>	<i>reccionista</i> pt <i>repcionista</i> br	<i>repcionista</i>	<i>reccionista</i>
<i>secção</i>	—	<i>secção</i> <i>seção</i> br	<i>secção</i> e <i>seção</i>	<i>secção</i>	<i>secção</i>	<i>secção</i> pt <i>seção</i> br	<i>secção</i> “parcela” <i>seção</i> “corte”	<i>secção</i>
<i>seccionar</i>	—	<i>seccionar</i> <i>seccionar</i> br	<i>seccionar</i> e <i>seccionar</i> (não corrige)	<i>seccionar</i>	<i>seccionar</i>	<i>seccionar</i> pt <i>seccionar</i> br	<i>seccionar</i> e <i>seccionar</i>	<i>seccionar</i>

¹¹ Entrada *primoinfecção*, variante *primoinfeção*.

			<i>secionar</i>					
<i>sector</i>	<i>sector e setor</i>	<i>sector e sector</i>	<i>setor</i>	<i>setor</i>	<i>setor</i>	<i>sector e setor</i> pt <i>setor br</i>	<i>sector e setor</i>	<i>sector e setor</i>
<i>sotavento</i>	<i>sota-vento</i> ¹²	<i>sotavento</i>	<i>sotavento e</i> <i>sota-vento</i> (não corrige)	<i>sotavento</i>	<i>sotavento</i>	<i>sota-vento</i>	<i>sota-vento</i>	<i>sotavento</i>
<i>sumptuosidad e</i>	<i>sumptuosidad e suntuosidade</i>	<i>sumptuosidad e suntuosidade</i> br	<i>sumptuosidad e e suntuosidade</i>	<i>sumptuosidad e</i>	<i>sumptuosidad e</i>	<i>sumptuosidad e e suntuosidade</i> pt <i>suntuosidade</i> br	<i>sumptuosidad e e suntuosidade</i>	<i>sumptuosidad e</i>
<i>sumptuoso</i>	<i>sumptuoso suntuoso</i>	<i>sumptuoso suntuoso</i> br	<i>sumptuoso e suntuoso</i>	<i>sumptuoso</i>	<i>sumptuoso</i>	<i>sumptuoso e suntuoso</i> pt <i>suntuoso</i> br	<i>sumptuoso e suntuoso</i>	<i>sumptuoso</i>
<i>tecto</i>	—	<i>teto</i> pt <i>tecto</i> br	<i>teto</i>	<i>teto</i>	<i>teto</i>	<i>teto</i>	<i>tecto e teto</i>	<i>teto</i>
<i>transacto</i>	—	<i>transato</i> pt <i>transacto</i> br	<i>transato</i>	<i>transato</i>	<i>transato</i>	<i>transacto</i>	<i>transacto e transato</i>	<i>transato</i>
<i>veredicto</i>	—	<i>veredicto e veredito</i>	<i>veredicto e veredito</i> (não corrige)	<i>veredicto e veredito</i>	<i>veredito</i>	<i>veredicto e veredito</i> pt <i>veredicto</i> br	<i>veredicto e veredito</i>	<i>veredito</i>

SIGLAS

¹² O AO90 não exhibe esta forma. Contudo, nos termos da sua Base XV, 1.º, e), deve grafar-se hífen, entre outros casos, “Nas formações com os prefixos [...] *sota-...*”. A grafia sem hífen está pois excluída. A grafia *sota-vento* deve, por conseguinte, ser deduzida como a que deve ser adoptada. Assim o entenderam o dicionário da Priberam e o VOLP. Os instrumentos oficiais VOP e Lince, além do VOLP-M, de cuja organização é responsável Malaca Casteleiro, professor catedrático (actualmente jubilado) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um dos linguistas portugueses na elaboração do AO90 e um dos seus principais defensores, apresentam *sotavento*, variante que constitui violação do preceituado no mesmo.

PtE	= Ortografia costumeira do português europeu, e por extensão dos cinco países africanos de expressão portuguesa e de Timor-Leste.
AO90	= Texto do Acordo Ortográfico de 1990
VOP	= <i>Vocabulário Ortográfico do Português</i> , produzido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), disponível para descarga livre em http://www.portaldalinguaportuguesa.org/vop.htm .
Lince	= Conversor ortográfico produzido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), disponível para descarga livre em http://www.portaldalinguaportuguesa.org/lince.php .
PRIBERAM	= Disponível em http://www.priberam.pt/dlpo/
PE	= <i>Dicionário da Porto Editora</i> , também disponível em <i>Infopédia</i> http://www.infopedia.pt .
VOLP-M	= <i>Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> , organizado por Malaca Casteleiro, Porto Editora, 2009.
VOLP	= <i>Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> , Academia Brasileira de Letras, São Paulo, Global Editora, 2009, 5.ª edição. Também disponível em http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23 .
VOALP	= <i>Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa</i> , Academia das Ciências de Lisboa, 2012.
—	= omissão.
NE	= Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Anexo II ao tratado internacional)
pt	= Português euro-afro-asiático-oceânico.
br	= Português brasileiro.

NÓTULAS

O que se apresenta em seguida não é um estudo exaustivo, mas tão-somente algumas nótulas para aspectos mais salientes que a observação do quadro permite verificar, bem como para questões pertinentes ao método de trabalho.

1. Na coluna da esquerda, são dados os lemas segundo a norma vigente e costumeira desde 1945 em Portugal. Não se citam as variantes brasileiras, pois o objecto desta comparação é o impacto do AO90 em Portugal. Nas colunas seguintes, são mencionadas as formas dos lemas segundo os vários dicionários e léxicos, ao abrigo do AO90. Dão-se aí as normas brasileiras, segundo o VOLP, sempre que indicadas por estes, para comparação.

2. As referências às formas variantes devem ler-se do seguinte modo: primeiramente, as variantes e de seguida as fontes. Exemplo: *aspeto aspecto* br ler-se-á assim: “em português euro-afro-asiático escrever-se-á *aspeto*, no do Brasil *aspecto*”.

3. Sempre que o corrector Lince não corrige uma forma, considerou-se que admite a variante em questão. No caso de admitir ou não intervir igualmente sobre uma outra, considerou-se por conseguinte d.g. (dupla grafia). V.g.: *sota-vento* e *sotavento* (grafia segundo a ortografia costumeira).

4. Sempre que um recurso não vincula explicitamente uma variante ao Português pt ou br, omite-se essa indicação. No exemplo dado, deduz-se, por

exclusão de partes, que *aspeto* seja a variante usada no português euro-afro-asiático, embora, em rigor, não se aponha o sinal pt.

5. É importante salientar, para toda e qualquer análise a que se venha da amostra a proceder e tendo em vista as conclusões que desta se possam extrair, situações de discrepâncias e irregularidades como as seguintes:

a) O VOP e o Lince são, por assim dizer, recursos irmãos, isto é, foram produzidos pelo mesmo organismo e deverão ser concordantes.

b) São os instrumentos oficiais, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, n.º 6, publicada no *Diário da República*, I.º série, n.º 17, de 25 de Janeiro de 2011.

c) Todos os instrumentos violam em diversos lemas o A090.

d) De todos, os dois instrumentos oficiais (o VOP e o corrector Lince) são os que mais o desrespeitam e os cientificamente menos fidedignos, adoptam soluções à revelia deste, tais como *sotavento*, e a eliminação liminar pelo Lince de muitas variantes em casos de dupla grafia admitida, e.g. *carácter*, e as derivadas *característico*, *característica*, que o Lince converte nas variantes *caráter*, *caraterístico*, *caraterística*; ou *ceptro*, que o Lince não aceita, convertendo na alternativa *cetno*. Ademais, fornecem referências erróneas (*exempli gratia*, o VOP exhibe as grafias *adopção* e *adoptar* como brasileiras, o que é falso, pois já antes do A090 o *p* não era grafado nestes lemas). Outro exemplo é *conspeto*, forma brasileira segundo o VOP, o que é novamente falso (confrontar com o VOLP). Também o VOLP-M, organizado por Malaca Casteleiro, o viola. É certo que o VOLP admite dupla grafia para *adopção* e *adoptar*, mas o costume no Brasil exclui o *p* (o Aulete *online*, por exemplo, não tem os lemas grafados com *p*). Quanto à variante *conspeto*, não é registada pelo VOLP. Outro exemplo é *baptismo*, segundo o VOP a variante costumeira no Brasil, sendo *batismo* a do português euro-afro-asiático-oceânico. Para comentários a cada caso, remetemos para as notas apostas aos respectivos lugares.

e) O Lince comete aquela que é por certo a mais violação do A090: o lema antroponímico *Baptista* é pelo corrector ortográfico oficial mudado em *Batista*. Esta conversão constitui uma violação da Base XXI, 1.º parágrafo, do A090 que, sob a epígrafe “Das assinaturas e firmas”, a qual preceitua que “Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registo legal, adote [sic] na assinatura do seu nome.” A própria Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 ressalva a ortografia de actos anteriores (cfr. artigo 2.º, n.º 1). O problema adquire, assim, foros de inconstitucionalidade, porquanto opera uma intervenção restritiva do direito ao nome, direito, liberdade e garantia implícito na CRP, por via do direito à “identidade pessoal” (artigo 26.º, número 1, da CRP), e direito de personalidade, garantido pelo artigo 72.º, número 1, do Código Civil. Ora, o nome da pessoa singular goza da característica da imutabilidade: uma vez adquirido, somente nos casos e mediante os processos legalmente estabelecidos, poderá ser alterado.

f) O novíssimo VOALP, produzido pela Academia de Ciências de Lisboa, a instituição portuguesa que, em conjunto com a Academia Brasileira de Letras, participou na elaboração e aprovação do A090, viola também, como os demais instrumentos, o A090 por não permitir em vários casos grafias variantes sancionadas pelo A090 (e.g. *peremptório*). Viola-o também por não conformar a grafia *sotavento* ao estatuído no documento normativo. Por outro lado, assinala-se como relevante que regista *concepção* a par de *conceção*, e é a única ferramenta lexicológica portuguesa que não cria a homonímia *óptico*, *óptica* → *ótico*, *ótica* “relativo à visão” / *ótico*, *ótica* “relativo à audição”, mas sabiamente mantêm a distinção.

Elaboração por Rui Miguel de Oliveira Ventura Duarte
Doutorado em Literatura
Investigador do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa
rmduarte@campus.ul.pt

Revisão por António Fernando Nabais
Colaboração de Fernando Venâncio, da Universidade de Amsterdão, na pesquisa efectuada no VOALP.

ANEXO 24



SPA não adopta o novo acordo ortográfico perante as posições do Brasil e de Angola sobre a matéria

A SPA continuará a utilizar a norma ortográfica antiga nos seus documentos e na comunicação escrita com o exterior, uma vez que o Conselho de Administração considera que este assunto não foi convenientemente resolvido e se encontra longe de estar esclarecido, sobretudo depois de o Brasil ter adiado para 2016 uma decisão final sobre o Acordo Ortográfico e de Angola ter assumido publicamente uma posição contra a entrada em vigor do Acordo.

Assim, considera a SPA que não faz sentido dar como consensualizada a nova norma ortográfica quando o maior país do espaço lusófono (Brasil) e também Angola tomaram posições em diferente sentido. Perante esta evidência, a SPA continuará a utilizar a norma ortográfica anterior ao texto do Acordo, reafirmando a sua reprovação pela forma como este assunto de indiscutível importância cultural e política foi tratado pelo Estado Português, designadamente no período em que o Dr. Luís Amado foi ministro dos Negócios Estrangeiros e que se caracterizou por uma ausência total de contactos com as entidades que deveriam ter sido previamente ouvidas sobre esta matéria, sendo a SPA uma delas. Refira-se que também a Assembleia da República foi subalternizada no processo de debate deste assunto.

O facto de não terem sido levadas em consideração opiniões e contributos que poderiam ter aberto caminho para outro tipo de consenso, prejudicou seriamente todo este processo e deixa Portugal numa posição particularmente embaraçosa, sobretudo se confrontado com as recentes posições do Brasil e de Angola.

Lisboa, 9 de Janeiro de 2013

ANEXO 25

4ª FEIRA, 20 MARÇO, 18H00 • FCSH, AUDITÓRIO 1, PISO 1 • AV. BERNA, 26-C



*Onde pára e para onde vai
a Língua Portuguesa?*

(ORADORES)

ABEL BARROS BAPTISTA • ANA SILVA • ANTÓNIO GUERREIRO
HERMÍNIA CASTRO • JOÃO BOSCO MOTA AMARAL • JORGE BUESCU
JOSÉ LUÍS PORFÍRIO • JOSÉ PEDRO SERRA • MARIA ALZIRA SEIXO
MIGUEL SOUSA TAVARES • NUNO PACHECO • PEDRO AFONSO

(ORGANIZAÇÃO)

ANA ISABEL BUESCU (FCSH, UNL) • MARIA FILOMENA MOLDER (FCSH, UNL) • TERESA CADETE (FL, UL)

ANEXO 26

- [Post Comments](#)
- [Posts by JPG](#)
- [Latest Posts](#)
- [Latest Comments](#)

RSS

[Twitter](#) [Facebook](#)



Abril 2013

S T Q Q S S D

[« Mar](#)

1 2 [3](#) 4 5 [6](#) 7
[8](#) [9](#) 10 [11](#) 12 [13](#) [14](#)
15 16 17 18 19 20 21
22 23 24 25 26 27 28
29 30

Arquivos

Arquivo anual

- [2013](#) (109)
- [2012](#) (347)
- [2011](#) (253)
- [2010](#) (38)
- [2009](#) (8)
- [2008](#) (5)

Páginas

- [A nossa ILC](#)
 - [Áudio](#)
 - [O “Público” e a ILC](#)
 - [Parecer jurídico](#)
 - [Texto da ILC em PDF](#)
 - [Vídeos](#)

- [Apoiar a ILC](#)
 - [Apoiaram publicamente](#)
 - [Folheto com impresso](#)
 - [Logótipo para link](#)
 - [Materiais de campanha](#)
- [Assinar a ILC](#)
 - [Dados de Eleitor](#)
 - [Impresso com folheto](#)
 - [Impresso em PDF](#)
 - [Mapa de Locais](#)
- [Documentos](#)
 - [Dossier Cultura/soc. civil](#)
 - [Dossier Educação/Ensino](#)
 - [Dossier jurídico e político](#)
- [FAQ](#)
- [Galeria](#)
- [Português PT](#)
 - [NÃO ao “acordo”](#)
- [Sobre este site](#)
 - [Comentários](#)
 - [Contactos](#)
 - [Mapa do site](#)

Categorias

- [...](#)
- [acção](#)
- [convidados](#)
- [diversos](#)
- [documentos](#)
- [Media](#)
- [onde assinar](#)
- [Posts Apdeites](#)
- [subscritores](#)

Comentários Recentes

- Luís Ferreira em [Audição de Anselmo Soares, Vice-Presidente da ACL \[GT AO90, 28.03.13\]](#)
- Maria José Abranches em [Audição de Anselmo Soares, Vice-Presidente da ACL \[GT AO90, 28.03.13\]](#)
- Bic Laranja em [Audição de Anselmo Soares, Vice-Presidente da ACL \[GT AO90, 28.03.13\]](#)
- HC em [Porquê a ILC AO90?](#)
- Maria Miguel em [Porquê a ILC AO90?](#)

Tags

[Angola](#) [AO90](#) [apoiente](#) [artes cénicas](#) [Assembleia da República](#) [assinaturas](#)
[Brasil](#) [brasileiro](#) [Causa](#) [CPLP](#) [divulgação](#) [DN](#) [editoras](#) [educação](#) [ensino](#)
[entrevista](#) [eventos](#) [Facebook](#) [Governo](#) [GTAO90](#) [História](#) [ILC](#) [impresso](#) [Internet](#)
[jornalista](#) [Lisboa](#) [literatura](#) [lusofonia](#) [Maria Carmo Vieira](#) [Maria José Abranches](#) [Moçambique](#) [Nuno](#)
[Pacheco](#) [PALOP](#) [Portugal](#) [Português](#) [professores](#) [Público](#) [RTP](#) [Rui Valente](#) [texto](#)
[tradução](#) [universidade](#) [Vasco Graça Moura](#) [voluntários](#) [vídeo](#)

Facebook

[ILC contra o Acordo Ortográfico](#)



SMS

Blogs



[Follow this blog](#)

Meta

- [Iniciar Sessão](#)
- [RSS dos Posts](#)
- [Feed RSS dos comentários.](#)
- [WordPress.org](#)

ILC

- [1º "post" sobre a ILC](#)
- [1º "tweet" sobre a ILC](#)
- [Apdeites \(AO\)](#)
- [dados de Eleitor](#)
- [Desacordo \(wiki\)](#)

- [Google Wave \(Causa\)](#)
- [Página da Causa \(FB\)](#)
- [Página ILC AO \(FB\)](#)
- [Página LPNM \(FB\)](#)
- www.portuguespt.com (site)

Documentos

- [2º Protocolo Modificativo](#)
- [AO 1945-1973](#)
- [AO90 – nota explicativa](#)
- [Aviso nº 255/2010](#)
- [Convenção de Viena](#)
- [Decreto do PR 52/2008](#)
- [ILC da OArq – Procº Leg.](#)
- [Lei da ILC](#)
- [R.A.R. 35/2008](#)
- [R.A.R. 35/2008 – Procº Legº](#)
- [Resolução do Governo 8/2011](#)
- [Texto do AO90](#)
- [Votação 2º Prot. Mod. \(discussão\)](#)
- [Votação do 2º Prot. Mod.](#)

Causa FB

Não ao nAO!





SPAUTORES

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES





O Dia

JORNAL INDEPENDENTE



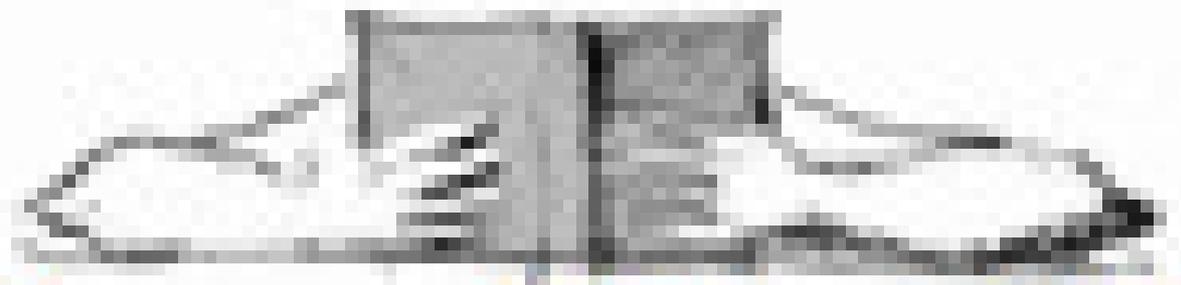
CCB



PESSOAS COMO TU

gradiva





in-libris

www.in-libris.com



Faculdade de Letras

negócios
ONLINE

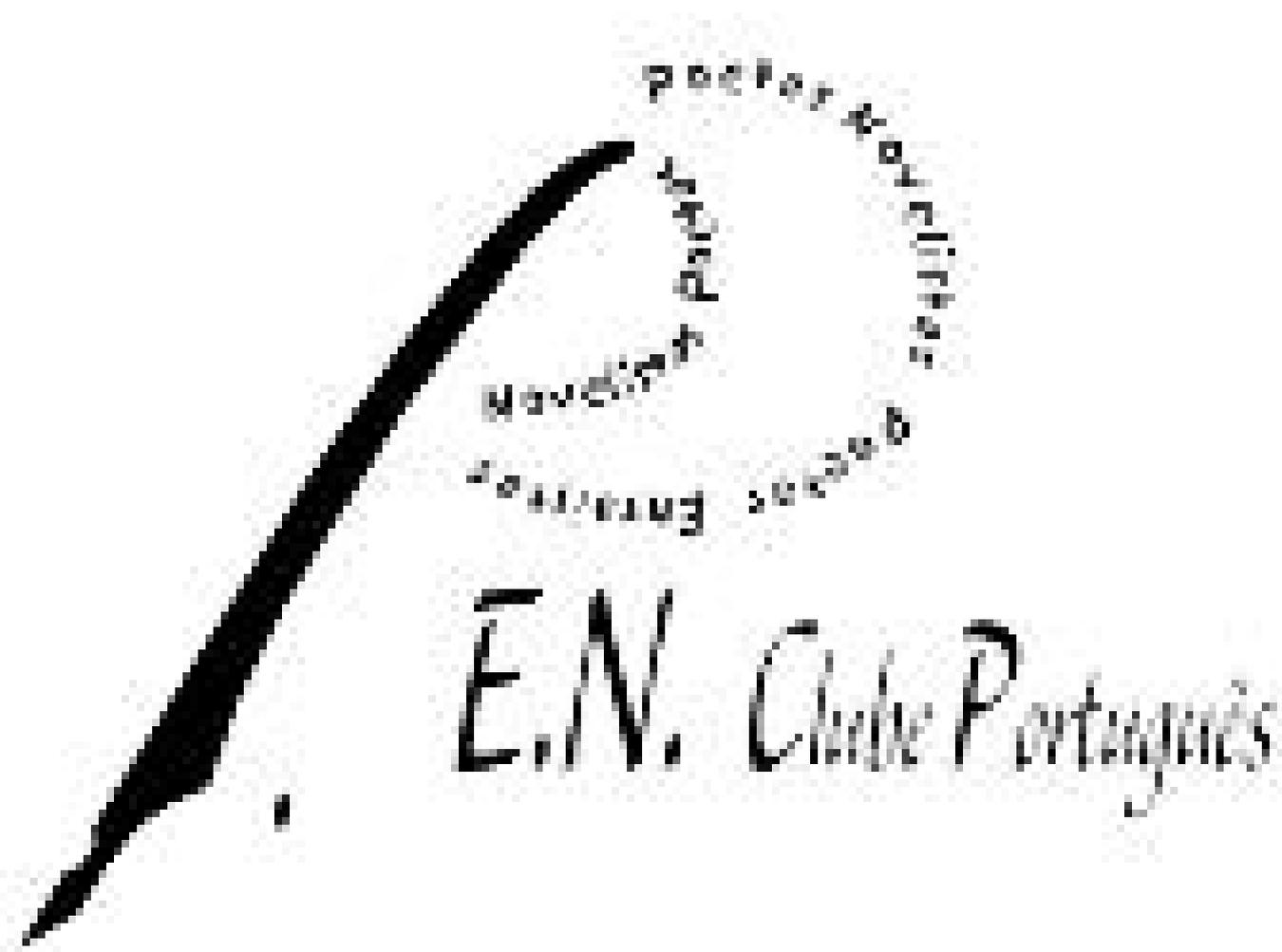
SÁBADO



hojemacau



GOETHE
INSTITUT



Jornal de Angola

Online

A large, stylized, white-outlined letter 'E' is centered on a dark grey background. The letter has a thick, white outline and a solid white fill. The background is dark grey with a subtle gradient. In the top right corner of the dark grey area, there is a small orange triangle pointing downwards. At the bottom of the dark grey area, there is a horizontal orange bar.

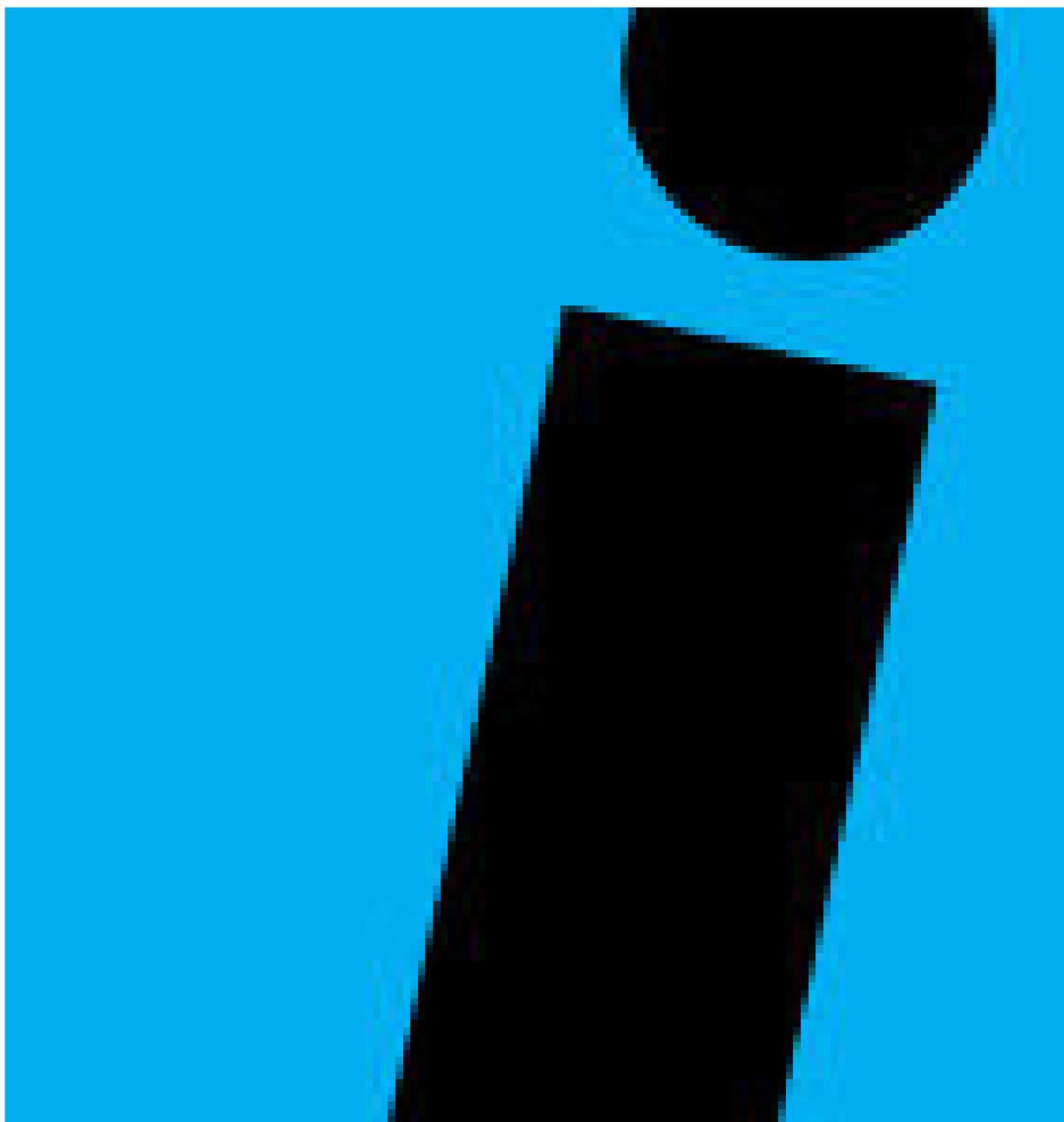


Lusodidacta

www.lusodidacta.pt



LUSOCIÊNCIA



RA Relógio D'Água Editore

1 R

Editor
Paulo Ferreira

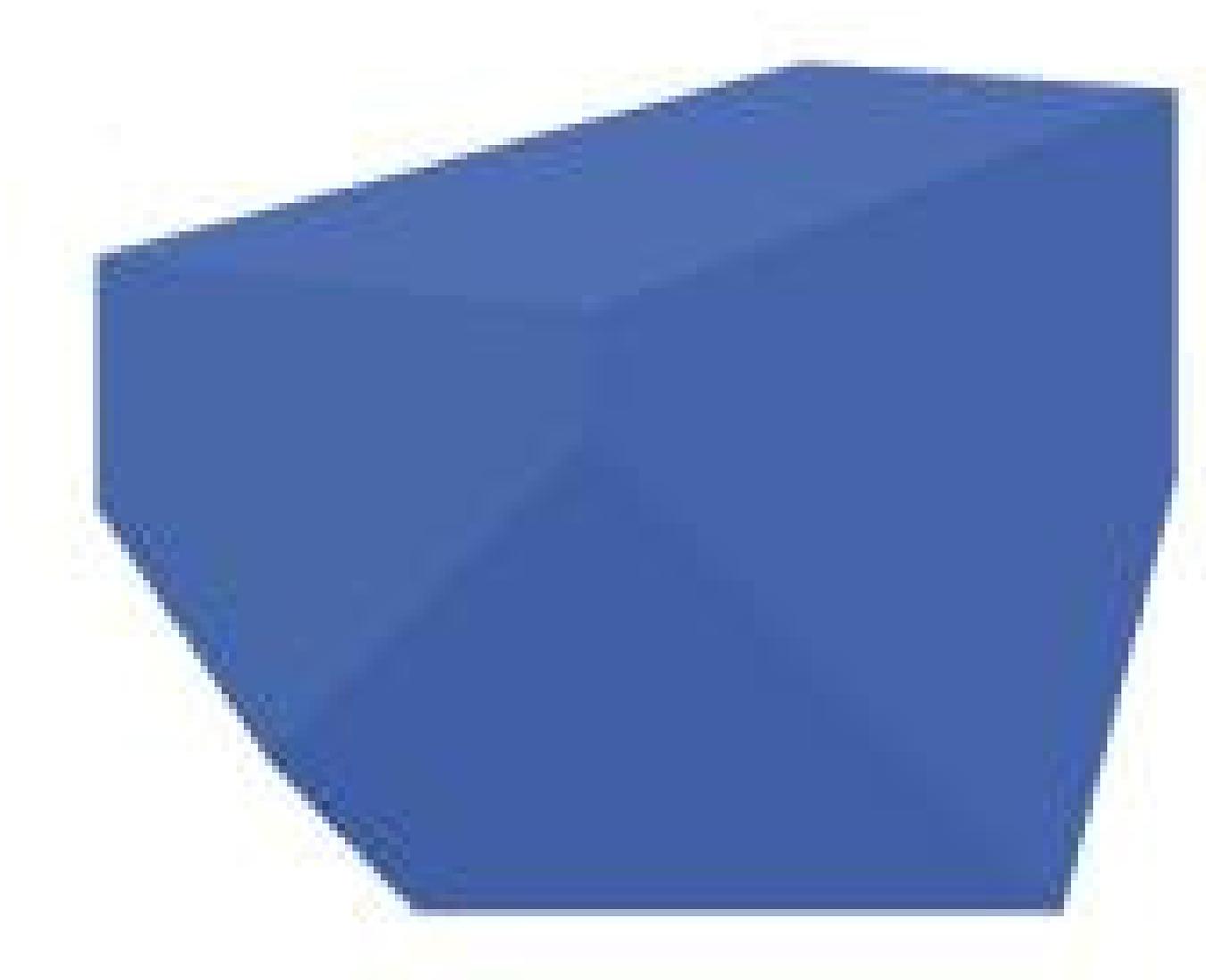
**JORNAL
DA REGIÃO**

GRATUITO

A sua rua, o seu mundo.

Zefiro

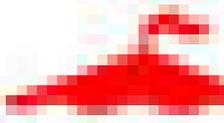






aeist

centenário da
associação dos estudantes
instituto superior técnico

Chapito 



Covilhã
MUNICÍPIO





gato
fedorento

**portuguese
technical
translation**

jrdias.com

*Because specialized
knowledge matters*



Fórum Civil

blogs nAO

- [\(Re\)nascido](#)
- [100fim.com \(site\)](#)
- [2Ir-mãos+um](#)
- [30 dias para...](#)
- [35 mm & digital](#)
- [40ª Morada](#)
- [A Biblioteca de Jacinto](#)
- [A Casa da Mariquinhas](#)
- [A Caverna Obscura](#)
- [a crise](#)
- [A divagar...](#)
- [A Educação do meu Umbigo](#)
- [A Espuma](#)

- [A Imagem da Paisagem](#)
- [A Insustentável Beleza...](#)
- [A Loba de Ray Ban](#)
- [A Maçada](#)
- [A pé ou de carro](#)
- [A Sebenta](#)
- [A Tactear](#)
- [A Tasca da Cenourita](#)
- [A Tradução da Memória](#)
- [A Visão do Busto](#)
- [Abencerragem](#)
- [Abro Páginas...](#)
- [Academia Breyner \(site\)](#)
- [Acra-EC](#)
- [Acto Falhado](#)
- [Açúcar Amarelo](#)
- [ad aeternum](#)
- [Ad Argumentandum](#)
- [ad valorem](#)
- [AEM Horta](#)
- [Aerograma](#)
- [Afasoft \(site\)](#)
- [Ainda que os amantes...](#)
- [Álbum de Recortes](#)
- [alegrias e alergias](#)
- [Alessandrolândia](#)
- [Algarve Express](#)
- [Amor & Outras Crises...](#)
- [amoralva](#)
- [André Antunes](#)
- [Anima Sentiens](#)
- [António Gallobar](#)
- [António Lobo Antunes \(site\)](#)
- [Apurriar](#)
- [Art&Design de Isabel Filipe](#)
- [As histórias do Matemaníaco](#)
- [Ashera](#)
- [Assistimo \(site\)](#)
- [Atlético Digital](#)
- [Átomo Vida Um Sonho](#)
- [Ave de Arribação](#)
- [Aventar](#)
- [Azinheiragate](#)
- [Azores Events](#)
- [Baforadas](#)
- [Barão da Tróia](#)
- [Barco Rabelo](#)
- [Beja y Arrabalde](#)
- [Bic Laranja](#)
- [Bimbalhices](#)

- [BioTerra](#)
- [Blog BDA](#)
- [Blog de Leste](#)
- [Blog de Ricardo Pires](#)
- [Blog dos WeAreChange](#)
- [Blogtailors](#)
- [Buddy](#)
- [by f Útil](#)
- [Cabo Carvoeiro](#)
- [Cabo Carvoeiro – Memórias](#)
- [Calendários iCal...](#)
- [Caligrafias-Iberes](#)
- [Câmara Lenta](#)
- [cante.chão](#)
- [Cantinho dos Momentos](#)
- [Canto do Jo](#)
- [Carlos Paulices](#)
- [Casa das Máquinas \(site\)](#)
- [Casa de Alterne](#)
- [Casa de Pasto](#)
- [CC&C](#)
- [Chemins D'émotions](#)
- [Cidadania LX](#)
- [Cidadão de Corrida](#)
- [Cidade Lusa](#)
- [Coisas...](#)
- [Com a cabeça nas estrelas](#)
- [Combatentes por Portugal \(site\)](#)
- [ComJeitoeArte](#)
- [Construção de Sites \(site\)](#)
- [Contra Feito](#)
- [Contracultura Aplicada](#)
- [Contrafeito](#)
- [Convicções](#)
- [Cores Vivas](#)
- [Criativemo-nos](#)
- [Crítica por favor...](#)
- [Crítica: blog de filosofia](#)
- [Cromomania](#)
- [Crónicas de Além Tejo](#)
- [Crónicas de Eos](#)
- [Da Toia](#)
- [Danialice](#)
- [Daniel Marques](#)
- [De Rerum Natura](#)
- [Debaixo dos Arcos](#)
- [Delito de Opinião](#)
- [Demo Crato](#)
- [Democracia Directa](#)
- [desabalo](#)

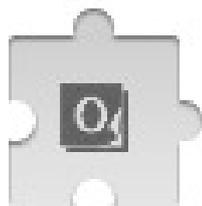
- [Desenho e Quadrinhos \(Brasil\)](#)
- [Desvios](#)
- [Devaneantes](#)
- [Diário de Felgueiras](#)
- [Do Tempo da Outra Senhora](#)
- [Dois Acordes](#)
- [Dúvida Metódica](#)
- [Educar em Português](#)
- [Edukacja](#)
- [efequatro](#)
- [Epic Fórum-PT \(fórum\)](#)
- [Ervilha Azul](#)
- [esap.rjcp](#)
- [escola do presente](#)
- [Escrevivências \(BR\)](#)
- [Espera Só Um Segundo](#)
- [Esquinas](#)
- [Estado Sentido](#)
- [Exotéria](#)
- [F4](#)
- [Fadistas como eu sou](#)
- [Fado Cravo](#)
- [Família Real Portuguesa](#)
- [FCP Para Sempre](#)
- [FDL \(fórum\)](#)
- [Ferreira – On the Road](#)
- [Firefox contra o AO90](#)
- [Física Química & Outros \(site\)](#)
- [Flor do Cardo](#)
- [Folha em Branco](#)
- [Fotodigital \(site\)](#)
- [Fotos Tó Neves](#)
- [Fragmentos Culturais](#)
- [Francisco Freitas Cardoso](#)
- [Franklin Ferreira](#)
- [Futsal Porto Distrital](#)
- [Galegos \(Santa Maria\)](#)
- [Galeria do Fingimento](#)
- [gandratruck](#)
- [GAP](#)
- [Garden of Philodemus](#)
- [Gi Artesanato](#)
- [Gladius](#)
- [Gra-zen](#)
- [Guardador de Livros](#)
- [Há sempre luz...](#)
- [Hoje És Nevoeiro](#)
- [Horizonte Português](#)
- [Ideias a +](#)
- [Imperialum](#)

- [In-Virtus](#)
- [Inflorescências](#)
- [Intercâmbio Cultural](#)
- [irritado](#)
- [JAM](#)
- [Jerymoz](#)
- [jlagapito](#)
- [Joana Morais](#)
- [João José Marques](#)
- [João Roque Dias \(site\)](#)
- [Joel Pinto](#)
- [Jornal do Flávio Almeida \(BR\)](#)
- [Jornal O Diabo](#)
- [Jornalistas em Linha](#)
- [José Ferrão \(site\)](#)
- [Jovens do Restelo](#)
- [JuAna](#)
- [Just me](#)
- [Leiria](#)
- [Ler Doce Ler](#)
- [Life is Killing Me](#)
- [Língua Portuguesa \(Brasil\)](#)
- [Lisboa](#)
- [Livros de Encantamento](#)
- [Livros-Documentos](#)
- [LopesCa](#)
- [Lua Cintilante](#)
- [Luis de Matos](#)
- [Luz da Citânia](#)
- [M](#)
- [ma-schamba](#)
- [Magnífico DJ](#)
- [Mais estudante](#)
- [Mais Lusitânia](#)
- [maisk3D](#)
- [Makejeite](#)
- [Manuel Araújo](#)
- [Matosinhos OnLine](#)
- [Meditação na Pastelaria](#)
- [Memória Virtual](#)
- [Menagerie](#)
- [Milhafre](#)
- [Minis, Tremoços & Saltos Altos](#)
- [Miss Joana Well](#)
- [Modas dum diletante](#)
- [Modos de Olhar](#)
- [Moescor](#)
- [Morcegos & Olhimancos](#)
- [Mortificatio](#)
- [Movies & TV](#)

- [mrvadaz](#)
- [Mundo da Rádio \(site\)](#)
- [My Nonsense World](#)
- [My Web Time](#)
- [MyM](#)
- [Na Minha Cabeça](#)
- [Na Mira do Leitor \(Brasil\)](#)
- [Nada de novo na...](#)
- [nado-vivo](#)
- [não quero mas vou](#)
- [Neiva Digital](#)
- [NetConsumo](#)
- [Nódoa Offline](#)
- [Nos Açores... \(site\)](#)
- [Nova Casa Portuguesa](#)
- [Novos Livros](#)
- [Num Filme de Godard](#)
- [Nunca Mais](#)
- [Nuno G \(site\)](#)
- [Nuno M. Almeida \(site\)](#)
- [O Bloco do Anthrax](#)
- [O Cachimbo de Magritte](#)
- [O Canto do Brel](#)
- [O ClariNET](#)
- [O Comércio de Alcântara \(site\)](#)
- [O Covil do Fantasma](#)
- [o desinço da louça](#)
- [O Diário do Anthrax](#)
- [O Efervescente](#)
- [O Escafandro](#)
- [o escrevinhador](#)
- [O Espectador Portuguez](#)
- [O Fogo da Vontade](#)
- [O Germe](#)
- [O Inútil](#)
- [O Lisboaeta Observador](#)
- [O Livro de Areia](#)
- [O meu pé de laranja](#)
- [O País e o Mundo](#)
- [O Paralelepípedo...](#)
- [O Protesto](#)
- [O que busco saber](#)
- [O Rapaz do Cavaquinho](#)
- [O Reaccionário](#)
- [O Requerimento...](#)
- [o resto... é prosa](#)
- [O Sítio de...](#)
- [O Vento que Passa](#)
- [O Voo do Falcão](#)
- [Obliviário](#)

- [Octanas](#)
- [Oeiras Local](#)
- [Oleum Non Perdidisti](#)
- [Opinião e Notícia \(BR\)](#)
- [Opiniões](#)
- [Outras Comidas](#)
- [Outras Escritas](#)
- [p.a. marangoni \(Brasil\)](#)
- [Paisagens e Cidadania](#)
- [Palácio das Varandas](#)
- [Palco dos Musicais](#)
- [Pedra no Chinelo](#)
- [Pedro Figueira \(Brasil\)](#)
- [Pedro Galvão](#)
- [Pedro Nunes no mundo](#)
- [Pela Escrita É Que Vamos!](#)
- [Pena e Espada](#)
- [Pequeno jardim...](#)
- [Pérolas da Ciência](#)
- [Perplexo](#)
- [perspectivas](#)
- [Piada de Português](#)
- [Planeta Cultural](#)
- [Plátanos e Glicínias](#)
- [Plocking](#)
- [Política Maluca](#)
- [Por Tu Graal](#)
- [Portfólio da Beat](#)
- [Portugal dos Pequenininos](#)
- [Portugal Futuro](#)
- [Postado a Limpo](#)
- [Praça do Bocage](#)
- [Projecto Rios](#)
- [Proteja Internet](#)
- [PubEditions \(site\)](#)
- [Publisite](#)
- [Quadro de Avisos](#)
- [quatro almas](#)
- [Que farei...](#)
- [Raia Diplomática](#)
- [Rascunhos](#)
- [Re-nascer](#)
- [Real Associação Beira Litoral](#)
- [Real Gana](#)
- [Real Portugal](#)
- [Rebordainhos](#)
- [Relatividade das Palavras](#)
- [Repórter 007](#)
- [Research Events](#)
- [Rik Saint](#)

- [rjcp.pt](#)
- [rrras-te-parta](#)
- [Rua das Pretas](#)
- [Rui Oliveira](#)
- [Segurança na Internet](#)
- [sem acordo com o acordo \(site\)](#)
- [Sexo Forte](#)
- [Sigmatrónica \(site\)](#)
- [Silabar](#)
- [Singral](#)
- [Sleepless Bastard](#)
- [Sonhos e Companhia](#)
- [Sopro Divino](#)
- [Stonye](#)
- [Sumo da Parreira](#)
- [Tento na Língua](#)
- [Terra Portuguesa](#)
- [Terras Altas](#)
- [the clarity of...](#)
- [The Moleskine Words](#)
- [The Scent of the Dark Rose](#)
- [theca livraria](#)
- [Ticolarico](#)
- [Tira Tira! \(site\)](#)
- [Titus Regnum](#)
- [Tomo I](#)
- [Torradas e Papel](#)
- [Tourada – Portugal](#)
- [tudo e nada](#)
- [Tudo é Oculto](#)
- [Um blog idiota...](#)
- [Um Caso de Acasos](#)
- [Um Jardim no Deserto](#)
- [Um Povo à Rasca](#)
- [Uma Aventura Sinistra](#)
- [Uma Dama no Mundo](#)
- [Updated Words \(site\)](#)
- [Vade Mecum](#)
- [Vagueio entre Livros e Temas](#)
- [Vais mal, Portugal](#)
- [Vekiki Projects](#)
- [Ventania](#)
- [Vento sem Norte](#)
- [viagens](#)
- [Viriato Teles \(site\)](#)
- [Virtual Lab](#)
- [Vistas Imprevistas](#)



Desacordo ortográfico

★★★★★ (2)

[Productivity](#)

[from Miguel Laginha](#)

**FIREFOX
CONTRA
O ACORDO
ORTOGRÁFICO**

**desacordo
técnico**



Raia Diplomática

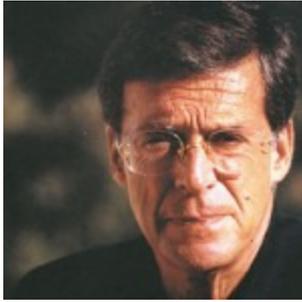


Global

REDE

**«Escamotear os problemas» [por Vasco
Graça Moura]**

27/03/2013 às 16:08 [JPG](#) [4 comentários](#)



No seu artigo “[O português na encruzilhada](#)” (Expresso, 2 de Março de 2013), Margarita Correia procura caracterizar dois caminhos para a língua portuguesa.

Vejamos a caracterização que ela faz desses caminhos, começando por aquilo a que chama “via A”.

“A via A corporiza-se no desmembramento da unidade transnacional do português, através do afastamento progressivo (mais político que linguístico) das suas variedades nacionais, podendo conduzir ao surgimento de novas línguas.”

Nunca ninguém defendeu o desmembramento da unidade transnacional do português, nem o afastamento progressivo das suas variedades nacionais. O AO é que, ao não consagrar critérios para a incorporação de vocábulos das línguas nativas (africanas, por exemplo), adopta uma atitude neo-colonialista e abre a porta ao tal afastamento progressivo das variedades nacionais.

“a) a língua tem um país-dono, de onde é originária, a que compete em exclusivo a sua regulação”.

É absolutamente falso! Esta facticidade é fabricada para permitir a objecção. Ninguém defende que Portugal seja dono da língua nem que lhe compita o exclusivo da sua regulação. Os autores do AO é que consideraram Portugal e Brasil os únicos países-donos da língua, esquecendo todos os outros que a falam.

“b) os países que a adotam manterão em relação ao país-dono uma posição passiva, renunciando ao direito a regulá-la”.

Isso foi exactamente o que o AO fez! Relegou para uma posição passiva não apenas cinco países, mas também Portugal e Brasil, arredando da discussão, aqui essencial, as sociedades respectivas e as suas instituições, em especial as universidades, as sociedades de autores e de escritores, os editores, etc.. E, ao consagrar facultatividades, demitiu-se de quaisquer responsabilidades, não regulando nada. De resto, o próprio conceito de “pronúncia culta” de que o AO parte é uma obsolescência que temos de concluir ser lamentavelmente defendida por linguistas como a Autora.

“c) normas linguísticas de países que não acatam esta relação são consideradas espúrias”.

Este argumento é pouco inteligente e inconsistente de todo. Ninguém considera espúrias as diferenças lexicais, ou as de pronúncia, ou as gramaticais. A Autora deveria indicar onde é que viu defendidos e adjectivados de “espúrios” esses pontos de vista. Talvez no século XIX...

“d) a codificação da norma da língua competirá em exclusivo ao país-dono”.

À falta de argumentos, esta alínea é uma variante da alínea a) supra. Nunca ninguém

sustentou o exclusivo da codificação para Portugal. De resto, quando se defende a ortografia vigente (que não é a do AO), está a defender um desiderato que foi atingido em 1945 entre Portugal e o Brasil (o facto de este país não o ter acatado é irrelevante para o argumento). Logo a língua já não pertencia então a um país-dono.

“e) esta corresponderá tendencialmente à língua usada pelos expoentes do seu cânone literário, não sendo acessível a todos os falantes, mas apenas a alguns “sábios” . Trata-se de outra enormidade. O AO foi feito por uma ou duas pessoas que se furtaram e furtam à crítica. Quase todos os falantes qualificados, escritores, professores, académicos ligados profissionalmente à linguística, e portanto verdadeiros “sábios” na matéria, e outros académicos (sem falar no cidadão comum), se pronunciaram contra o AO. O que eles não vêem é os seus argumentos serem analisados, discutidos e respondidos.

“f) mantendo a norma imutável, preservar-se-á uma suposta e aparente pureza da língua”.

Esta é também uma variação inconsequente do que tinha sido dito antes e não corresponde a nada. Ninguém defende a imutabilidade da norma, mas sim a sua correcção e adequação ao conceito de ortografia.

Vejam agora como a Autora caracteriza a “via B”, que é a que ela defende:

“A via B corporiza-se na preservação da unidade transnacional do português, pela adoção de políticas linguísticas conjuntas que visem a sua preservação como língua comum a vários países, embora respeitando a variação entre os seus registos nacionais”

Não há políticas linguísticas conjuntas. Em 1990 os PALOP’s assinaram de cruz, pois não estavam habilitados a discutir tecnicamente o texto. Há um entrincheiramento encarniçado dos autores do AO. atrás das normas deste. E basta atentar na atitude das autoridades angolanas para ser ver que a adopção de políticas conjuntas só é possível salvaguardando a ortografia anterior ao AO e que essa ortografia, nunca será demais repeti-lo, é também, juridicamente, a que está em vigor em Portugal.

Passemos aos pressupostos enunciados:

“a’) a língua não tem um dono único e pertence a todos os países que a adotam como oficial”.

Esta asserção e as seguintes são verdades de Monsieur de La Palisse. Não merecem comentário especial.

“b’) estes assumem-na como sua e arrogam-se o direito a também a regular”.

Trata-se também de uma evidência indiscutível.

“c’) todos os países se colocam em igualdade de circunstâncias”.

A autora continua a dizer as coisas que toda a gente sabe no estilo que toda a gente tem. Mas diga-se que, em 1990, esta questão foi apenas formal. Os PALOP’s não intervieram praticamente na discussão da substância das normas.

“d’) a codificação da(s) norma(s) da língua compete, em conjunto, a todos os países que a adotaram”.

É exactamente assim, só que cinco (hoje seis) desses países não meteram prego nem estopa na matéria.

“e’) essa(s) norma(s) pertence(m) a todos os países e te(ê)m duas vertentes: uma ou mais normas internacionais, partilhada(s) por vários países, e uma ou mais normas nacionais, correspondente(s) ao uso efetivo em contexto formal, em cada país”.

Lendo isto fica-se a pensar que a Autora afinal é contra o AO, sobretudo em matéria de manutenção e pronúncia das chamadas consoantes mudas...

“f) descrever a norma, adaptá-la ao uso e às necessidades e torná-la acessível aos falantes fortalece a língua, promove o seu uso e uma cidadania com igualdade de oportunidades”.

Diga-se, quanto a mais esta banalidade, que o AO faz exactamente o contrário do que aqui se defende.

Feita esta análise, confrange verificar que, mais uma vez, nem uma só das críticas técnicas e jurídicas feitas ao AO é discutida. Também já é costume... A Autora arruma a questão, tratando tudo isso como “subterfúgios que visam opacificar uma discussão que se desejaria transparente”. Como álibi para não enfrentar a discussão é muito fraco, convenhamos... Para mais sendo a autora vice-presidente do ILTEC.

Vasco Graça Moura

Reproduzido a partir do site da ILCAO

